

CONSTRUIR, DESCONSTRUINDO A EUROPA

Tensões e medos (sécs. IV a XVII)

Maria José Ferro Tavares

(Universidade Aberta)

Preâmbulo

Sem grandes pretensões, pretendo trazer aqui uma breve reflexão sobre acontecimentos recentes e a sua transposição para outros tempos em que se fundamentaram os pilares da construção da Europa. Desconstruindo a sua ideia de unidade e exorcizando alguns dos seus fantasmas, procurarei apresentar em breves pinceladas como a Europa cresceu num mosaico de reinos/países, de sistemas políticos e de religiões. A Europa, podemos dizê-lo, foi o cadinho onde as três grandes religiões da Humanidade se encontraram e encontrando-se, produziram o arquétipo ou o paradigma a que chamamos Civilização Ocidental. A Europa foi, também, o espaço onde elas se confrontaram e nesse confronto, agressivo ou passivo, produziram os seus heróis e os seus mártires.

A História permite-nos tomar a consciência de que um herói pode ser visto como um vilão, ou um santo como um demónio; depende da face do espelho em que cada um se posiciona. Tal como nunca mergulhamos na mesma água de um rio, como diria o filósofo grego Heraclito, também o modo como olhamos o Outro é fragmentado e parcial. Cada *Ego* (Eu) tende

a oscilar entre situações de ostracismo e/ou de tolerância, situações ambas que pretendem ver cada *Alter* (Outro) a partir de uma posição de superioridade e raramente de compreensão, de aceitação do direito à diferença e de convivência com a diferença.

A História tem falado muito de *tolerância*, mas tolerância não foi, não é compreensão, não é respeito pelo Outro. Tolerância tem sido um conceito ambíguo e egocêntrico: reconhecimento da diferença mas não reconhecimento à integração da diferença, porque o ser diferente é não ser igual, é não pertencer à mesma comunidade, seja ela familiar, religiosa ou social. Tolerância tem implícito um juízo de superioridade sobre o diferente, juízo que tem sido gerador de indiferença ou de ostracismo. Tolerância deveria ser, neste mundo novo que todos desejamos, substituída por um neologismo que melhor traduza o sentimento de igualdade, de direitos e de cidadania por parte do ente diferente.

As três grandes religiões do *Livro* geraram maneiras diferentes de *tolerar* o Outro, de *olhar* o Outro, sempre com base na religião. São esses olhares diferentes de ver os *Outros* que iremos analisar na ideia de construção e desconstrução da Europa, mãe e paradigma de uma Civilização/Cultura Ocidental, identificada, hoje, com os ideais e valores da democracia, igualdade, liberdade e fraternidade.

O tema, que me propus abordar, surgiu-me, de forma ainda bastante nebulosa, a partir de eventos próximos que, por estranho que pareçam, ocorreram em situações e espaços diferentes: as movimentações anti-globalização, nos Estados Unidos e na Europa, a conferência de Durban, na África do Sul, e os trágicos acontecimentos de Nova Iorque e suas consequências. Todos foram exteriorizações, mais ou menos pacíficas, as primeiras, violentas ou terroristas, as últimas que, em comum, têm, quer nós queiramos ver ou não, um confronto ideológico, transformado em religioso, contra o mundo ocidental e contra o que ele representa em termos económicos e ambientais, ou de capitalismo agressivo, identificado na primeira potência ocidental que são os Estados Unidos, depois do abrandamento da guerra fria. Poderíamos falar de manifestações de pobres contra ricos, se entendessemos de maneira restritiva e dicotómica os sinais dos acontecimentos, o que não acontece, pois a conjuntura parece-me mais complexa, do que meras exteriorizações dos países pobres contra os ricos, pelo conteúdo de guerra religiosa e cultural que, neste momento, lhe está subjacente.

Ao contrário das manifestações de Seattle ou de Génova, o mundo tremeu de medo e de horror em Nova Iorque. Acordou e não queria acreditar no que via; tão pouco entendia o que acontecera. As imagens, que os média transmitiam, eram apocalípticas à escala espaço de uma cidade. Ainda hoje, os que sofreram o impacto psicológico dos actos terroristas, não os sabem descrever: “bolas de fogo”, tremor de terra, a desagregação dos edifícios, pó, a morte de milhares de pessoas. Para os que seguiam os acontecimentos na televisão, o ruir do World Trade Center era comparável ao cogumelo da bomba atómica que caíra sobre Nagasaki ou Hiroshima. O impossível acontecera. Para muitos, o acontecimento apareceu como o prenúncio do fim do mundo, o *dies irae* anunciado pelo Apocalipse, e muitos foram os que correram a comprar as *Centúrias* de Nostradamus que prediziam o fim para cerca de 2000.

O medo instalara-se e com ele os milenarismos, milenarismos que, provavelmente, estariam longe do espírito dos autores das missões anunciadas contra o terrorismo, mas que não estavam longe de ter uma interpretação simbólica em termos escatológicos: “nobre águia”, “justiça infinita” ou “liberdade duradoura”. O acaso pode ter ditado os nomes, carregados de simbolismo e a raiar a luta do bem contra o mal. A águia e o leão andaram associados ao Messias e ao imperador dos últimos dias. Ela simboliza também S. João, o autor do Apocalipse, e foi, para o Ocidente, o símbolo imperial, desde Roma ao império austro-húngaro. Hoje, representa os Estados Unidos da América. Justiça infinita aparece, pelo seu atributo “infinita”, quase como um acto de Deus, num sentido de flagelo divino. Também liberdade duradoura deixa transparecer o sentido de infinitude que não pertence ao ser humano.

Mais uma vez o milenarismo aparece com uma carga ideológica, veiculada pelo poder ou pela justificação de uma civilização e dos seus ideais de democracia, liberdade, igualdade, felicidade, de bem estar, versus ditadura, servidão, desigualdade, infelicidade, pobreza. Os primeiros aparecem como ideais de um “reino messiânico”, oferecidos aos outros povos, pelos países “ricos”, bem contrário aos vários milenarismos da história, onde os pobres se assumiam como condutores desse reino messiânico, de que, próximo de nós, o marxismo pode ser entendido como um desses movimentos, embora agnóstico e ateu.

Dáí que, de um lado e do outro, os média tivessem associado a *djiad* islâmica à cruzada cristã e, nos primeiros dias, canais televisivos como a CNN tivessem mostrado as sessões de treino dos seguidores de Ben Laden, assaltando uma casa onde, num dos compartimentos, se podia ver um alvo encimado por uma cruz. Ainda mais recentemente, num video gravado algures, Ben Laden declarava que o Ocidente odiava o Islão, para justificar uma “guerra santa” em que apenas alguns muçulmanos parecem acreditar...

Mas se o grande palco deste conflito foi o Afeganistão, país controlado pelos estudantes de teologia fundamentalistas, encabeçados por Mullah Omar e Ben Laden, contra os quais se ergueu a muralha dos defensores do “*Bem*”, na luta antiterrorista, a verdade é que ele não foi, nem é, o palco único. A Palestina, onde se desenrola a luta israelo-palestiniana, será um palco menor, mas de uma duração mais prolongada, destruidora e desgastante, porque imprevisível na resolução da questão central: Jerusalém, a cidade sagrada para as três religiões do *Livro*. Palestina e Jerusalém, espaços que se arriscam a ser uma caixa de Pandora de onde se soltam os ventos da intolerância e do martírio.

Samuel Huntington, no seu livro recentemente traduzido *O choque das Civilizações e a mudança na ordem mundial*¹, reconhecia, já em 1996, a existência de um crescente confronto entre culturas ou civilizações, na nova ordem global, e afirmava “*Neste novo mundo os conflitos mais generalizados, mais importantes e mais perigosos não ocorrerão entre classes sociais, entre ricos e pobres ou outros grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a entidades culturais diferentes*”². E, mais à frente acrescentava: “*A cortina de ferro foi a linha divisória central na Europa durante quarenta e cinco anos. Aquela linha deslocou-se várias centenas de quilómetros para leste. É agora a linha que está a separar os povos cristãos ocidentais, de um lado, dos povos muçulmanos e ortodoxos, do outro*”³.

¹ Samuel Huntington, *O choque das Civilizações e a mudança na ordem mundial*, Gradiva, 2001 (ed. inglesa, 1996)

² *Ibidem*, p. 29.

³ *Ibidem*, p. 29.

Huntington, ao defender a sua tese do confronto de culturas, trazia à superfície um velho paradigma esquecido neste mundo contemporâneo laico, ou seja, que subjacentes às grandes culturas ou civilizações se encontram as grandes religiões ou correntes filosófico-religiosas, no caso do Extremo Oriente.

As imagens transmitidas pelos meios de comunicação e os mais recentes pensamentos sobre a globalização, mesmo os daqueles que, como Huntington, enveredavam pelo paradigma multipolar e multicivilizacional do nosso mundo contemporâneo, no dealbar do século XXI, fizeram-me recuar alguns séculos e à minha memória veio a recordação dos tempos de *tensão* e de *medo* que, durante séculos, assolaram a Europa, cimentando a sua identidade civilizacional e afirmando-a diferente de *Outros*, povos e/ou civilizações/religiões. Alguns desses medos diziam respeito aos infiéis e aos hereges, fossem eles os Muçulmanos, os Judeus, os Ortodoxos ou as religiões reformadas, estas últimas durante o período moderno. Medos, que Jean Delumeau bem retratou no livro *La peur en Occident*, editado em finais de 70⁴.

A História fazia-me reflectir que o medo gerara tensões/conflitos entre as sociedades, os géneros e as religiões que, então, como hoje, se definiam como universais. Mais uma vez, Cristãos, Judeus e Muçulmanos apareciam enredados em acontecimentos, em tensões que conduziam a situações de terror, prenunciadoras de conflitos, em que indivíduos das três religiões do Livro se olhavam como estranhos, quase como inimigos, onde uns assumiam o papel de “bons” e os outros o dos “maus”.

Mais uma vez, a História gerava mártires e demónios, heróis e vilões, consoante o lado em que cada um se posicionava ou se posiciona. Novamente a mesma História corre o perigo de criar um novo “Encoberto”, agora muçulmano⁵, alimentado por uma guerra que não comprova a sua morte pelo achado do seu corpo e pelos *media* que constantemente o “ressuscitam”,

⁴ Jean Delumeau, *La peur en Occident, XIVe-XVIIIe siècles*, Paris, Fayard, 1978.

⁵ Não nos esqueçamos que o Islamismo é, à semelhança do judaísmo e do cristianismo, uma religião de raiz messiânica. O shiísmo acredita no *iman* “encoberto”, Ismael, que reaparecerá como *mahdi* para preparar o Último Julgamento (Christine Mazzoli-Guintard, *Les relations des pays d’Islam avec le monde latin du milieu du dixième au milieu du treizième siècle. Analyse et synthèse*, eds. Messene, Paris, 2000, p. 14).

quando o mundo esqueceu que se encontra vivo e deseja, para seu sossego e paz, que esteja morto.

Mais uma vez, as tensões e os medos libertam ideias apocalípticas, consciente ou inconscientemente exteriorizadas por todos quantos fizeram esgotar as edições das profecias de Nostradamus, o qual, ao dirigir-se a Henrique II de França, rei da “primeira monarquia do universo”, predizia que as suas profecias “*proliferarão nos tempos que se seguirem à minha desapareição da terra*” e acrescentava, “*a minha obra espalhar-se-á então mais que durante toda a minha vida, mesmo que eu esteja enganado a respeito da avaliação das idades (épocas)...*”⁶.

Não se enganara e muitas das suas herméticas quadras iriam influenciar homens como António Vieira, que, seguindo-o, apontaria o ano de 1700 como o do fim deste mundo⁷, ou encontrariam leitores e intérpretes, em épocas mais próximas de nós, como os que acreditavam que os últimos tempos ocorreriam em 1999/2000⁸ ou que o ataque destruidor ao World Trade Center era o sinal da proximidade do *dies irae* de Deus. As *Centúrias* de Nostradamus nada mais eram do que uma interpretação da história do seu tempo, marcado por guerras religiosas, fomes, pestes, o problema muçulmano e a questão dos judeus com a sua deslocação para o Império Turco, ao jeito da profecia e do seu hermetismo. Por isso, nelas não podiam faltar as ideias apocalípticas do fim do mundo, as hordas do AntiCristo, os Ismaelitas, o mar como espaço de uma guerra e o Oriente como centro das forças maléficas⁹. Não era, por acaso recente, que este Oriente, de onde outrora nascera a luz, surgia associado às mais diversas invasões de povos que o mundo cristão identificara, desde os primórdios, com as hostes de Gog e de Magog e com o AntiCristo.

Era a Europa do século XVI que surgia, simbolicamente retratada, em quadras, aparentemente sem sentido, tal como em Portugal, Bandarra o

⁶ Nostradamus, *Profecias*, ed. Vega, 1978, pp. XXI-XXII.

⁷ António Vieira, *Cartas*, vol. III, pp. 103-104; Nostradamus, ob. cit., Centúria I, XLIX, p. 25.

⁸ Nostradamus, ob. cit., Centúria X, LXXII, p. 321. Sobre os Apocalipses e movimentos milenaristas, veja-se: Eugen Weber, *Apocalypses et millénarismes*, Fayard, Paris, 1999 (ed. Harvard University Press, 1999); Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, ed. Terramar, 1997 (ed. Fayard, Paris, 1995).

⁹ Sobre Nostradamus e a sua obra, veja-se: Roger Prévost, *Nostradamus, le mythe et la réalité. Un historien au temps des astrologues*, eds. Robert Laffont, Paris, 1999.

fizera, uns vinte anos antes¹⁰. De facto, a Europa, nomeadamente a Leste e a Sul, fora construindo-se numa dialéctica onde o factor religioso aparecia como fulcral, onde a Europa representava as forças do Bem, do Deus verdadeiro, e os adversários as forças do Mal ou do AntiCristo. Identificando-se como a ideologia superestruturante dessa Europa, a noção de império, tal como hoje a de civilização ocidental, surgia, ao mesmo tempo, com uma característica temporal e milenarista, unificadora de uma *respublica christiana* romana, universal e dominadora das outras religiões, islâmica e judaica, elas também de carácter universalista e messiânico.

Construir a Europa passa certamente pelo olhar da História, quer a História que a Europa escreveu sobre si própria, quer a que os outros povos escreveram sobre ela. E nem sempre o espelho nos dá a imagem que nós pretendemos. O olhar dos olhares dos *Outros* é sempre múltiplo e heterogéneo. Construir a Europa pressupõe a sua desconstrução na dialéctica dos vários olhares daqueles que a construíram, identificando-se com ela, dos que a ajudaram a erguer, insistindo na diferença ou no confronto religioso-cultural/civilizacional. É essa construção/desconstrução que remonta certamente às origens pré-históricas, que nós iremos abordar através dos olhos com que Judeus, Cristãos e Muçulmanos se observaram uns aos outros, em situação de conflito ou em situação de paz, desde a medievalidade aos tempos mais próximos de nós. Ou seja, pretendemos analisar o decurso da História, e, talvez, concluir que a História, e com ela a Humanidade, está eivada de preconceitos e de desinformações estereotipadas que conduziram à dicotomia de que uns detêm a Verdade ou a Civilização e os outros estão ausentes dela(s). Provavelmente em todos estes estereótipos deformadores ninguém é inocente.

O centro nevrálgico da nossa observação é o mundo mediterrânico, partindo de um dado adquirido que a Península Ibérica, incluindo a costa atlântica ocidental, foi o espaço privilegiado para a interacção cultural dos povos das três religiões. Ou seja, ao definirmos o nosso espaço, estamos a identificar uma Europa diversa, mas semelhante na sua diversidade cristã, ao

¹⁰ Entre outros, pode-se ler as *Trovas*: Elias Lipiner, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos novos*, Trancoso, 1996; Maria José Ferro Tavares, "Características do messianismo judaico em Portugal", in *Estudos Orientais II – O legado cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, UNL, Lisboa, 1991, pp. 245-265.

mesmo tempo que salientamos que do lado de Judeus e de Muçulmanos a homogeneidade é igualmente relativa, pois sob a capa das religiões judaica e islâmica escondem-se as Histórias diferentes dos povos destas religiões que habitaram as margens do Mar Interior, o mesmo mar e o mesmo espaço que acabariam por ser, em tempos diferentes, as vias das diásporas destas três religiões que do Oriente vieram em busca do Ocidente.

Neste mesmo espaço, a geopolítica das três religiões sofreu evoluções, ao longo dos tempos. Desde o ano 70 d.C. que os Judeus estiveram condenados a viver em diáspora no Império Romano. O imperador Tito destruíra o 2º Templo e trouxera atrás do seu carro triunfal os Judeus vencidos para Roma. Em memória deste triunfo, soubera cunhar moedas com a Judeia despojada a seus pés. Hadriano, em 132-135, venceria Bar-Kokhba, reconstruiria Jerusalém e dar-lhe-ia o nome de Aelia Capitolina, dedicando-a a Júpiter e proibindo os Judeus de nela habitarem. Ao mesmo tempo lançava o interdito sobre a prática da circuncisão. Com este acto, Hadriano colocava o Judaísmo numa semi-clandestinidade, sem o Templo, sem Jerusalém e, sobretudo, sem o acto essencial da religião judaica ordenado por Deus a todos os varões desde Abraão, a circuncisão. Consumava-se para os Judeus um novo “cativeiro”, uma nova diáspora que duraria séculos, terminando apenas em Maio de 1948, quando a ONU reconheceu a criação do Estado de Israel¹.

Esta diáspora tornaria o povo judeu, um povo *errante*, uma nação sem pátria/território, condenada a viver, durante cerca de dois milénios, numa situação ambígua de natural/estrangeira no interior de outros reinos/estados, pertencessem eles ao mundo cristão (desde o século IV com Constantino e Teodósio), ou, mais tarde, ao mundo islâmico (desde o século VII, 632), identificada por uma Tradição e uma História interrompida, mas alicerçada na promessa feita por Deus a Abraão, Isaac e a Jacob/Israel. O regresso a *Eretz Israel*, a Terra Prometida, e a Jerusalém foi, ao longo dos tempos, o objectivo último da sua errância, regresso que seria, paulatinamente, iniciado e assumido com a expulsão dos Judeus de *Sefarad*, a Península Ibérica, em

¹ Doris Bensimon e Eglal Errera, *Israéliens. Des Juifs et des Arabes*, eds. Complexe, Bruxelas, 1988, pp. 19-21; Joan Comay, *The diaspora story. the epic of the Jewish people among the nations*, Nova Iorque, 1980, cap. VII; Max Wurmbrand e Cecil Roth, *Le peuple Juif. Quatre mille ans de survivance*, eds. Albin Michel, 1976, pp. 431-466.

finais do século XV. Tendo atingido o extremo Ocidente e sofrido, de novo, outra diáspora, chegara a hora de dirigir os olhos para essa Terra Prometida, “a terra onde corre leite e mel” (Dt. 6, 3), origem e destino último da História do povo judeu.

A cristandade e a diáspora judaica

Pelas terras do império romano, oficialmente cristão, a partir de Teodósio, a dispersão dos Judeus levou-os por ambas as margens do Mediterrâneo até às suas paragens mais ocidentais¹². Aos primeiros tempos em que Judeus e Cristãos se misturavam sem claramente se distinguirem, sucederam-se os primeiros sinais de uma tolerância cristã segregadora. Com Teodósio, foram obrigados ao uso do barrete frígio, o antepassado da coifa ponteguda medieval, assim como foram proibidos de casar com cristãos. Sendo o judaísmo religião minoritária, tolerada entre os cristãos, os seus crentes estavam proibidos de actos de proselitismo junto destes.

Religio licita, o judaísmo manteve a sua liberdade de culto e de práticas religiosas, embora numa situação de dependência em relação às autoridades cristãs, nomeadamente eclesiásticas, as quais detinham o poder de consentir, ou não, a construção de uma nova sinagoga. Tolerada entre os cristãos, a religião judaica limitava-se à circuncisão, às festividades do calendário religioso, à endogamia, aos jejuns, às prescrições alimentares, estas últimas combatidas pela Igreja que procurava defender a licitude de todos os alimentos, incluindo a carne de porco e os seus derivados, *quia omnia creatura Dei bona*, como podemos concluir dos textos do concílio de Elvira, dos inícios do século IV. Receando que, pela alimentação, os cristãos fossem levados à apostasia, os padres presentes neste concílio proibiram que cristãos e judeus se sentassem à mesma mesa e tomassem a mesma refeição.

A mesma assembleia eclesiástica legislaria sobre os casamentos mistos, proibindo-os. No cânone 16, excomungava os cristãos que permitissem que

¹² Sobre a presença de Judeus na Península Ibérica, veja-se: Luis A. Garcia Moreno, *Los Judíos de la España Antigua*, Madrid, eds. Rialp, 1993

as filhas casassem com judeus e no cânone 78 lançava o mesmo castigo sobre os cristãos que praticassem adultério com judia. A legislação canónica era omissa para a situação de uma judia que casasse com um cristão, pois, neste caso, a Igreja recebia mais um membro com o baptismo da mulher que ficava sob a tutela do marido cristão. A preocupação com o casamento misto de judeus e de judias com crentes da religião maioritária apenas devia caber à comunidade judaica e não à cristã. De facto, a própria religião judaica proibia tal acto, associando os(as) *goim* ao mal e à impureza, desde os tempos de Moisés¹³.

O medo à “contaminação” religiosa por parte da religião dominante conduziu à segregação física e espacial, segregação que os próprios Judeus favoreciam no sentido de sobreviverem como povo e como religião. De facto, eles próprios procuravam não se misturar com os cristãos, residindo em habitações e ruas próximas da sinagoga. Sendo proibido o proselitismo à religião tolerada, a comunicação apenas podia ocorrer desta para a religião maioritária e dominante, sob pena de morte ou de abjuração do neófito, se este continuasse a viver em território da cristandade. A incomunicabilidade entre pessoas de género e credo diferentes, quer para uma, quer para a outra religião, gerava um sistema social de grupos fechados e estanques a que Maurice Kriegel chamaria “*castas*”¹⁴.

Diferentes pela religião e pela Tradição, os Judeus na sua diáspora por terras da cristandade apareciam como o *Outro*, que se “tolerava”, ou seja, que se aceitava que vivessem em paz na sua diferença religiosa,

¹³ Luis Garcia Moreno, ob. cit., pp. 106 e 111; *Antigo Testamento*, *Gen.* 24, 3 e 28, 1-9, *Num.* 25, 1-16 e 36, 1-13; *Deut.* 7,3 e 23,4; *Esdras*, 9, 1-15; *Neemias*, 13, 23-30; Vd. *La Misna*, ed. de Carlos del Valle, ed. Nacional, Madrid, 1981, pp. 450 e 1375. Na *Misna*, a proibição de casamentos com amonitas e moabitas era aplicada apenas aos homens; as mulheres podiam casar-se com israelitas. Tal já não acontecia com egípcios e edomitas, onde a proibição se aplicava a homens e a mulheres.

Se a Igreja se preocupava com a possibilidade de o cristão, independentemente do género, judaizar e, portanto, poder cair em condenação eterna por amor a um crente judaico, mesmo que esse amor fosse ilícito, no caso do adultério masculino, a comunidade judaica perdia sempre um membro seu, desde que este fosse, independentemente do sexo, acusado de ter tido relações com um(a) cristã(o). De facto, a judia, se não se convertesse, ficava excluída para sempre da sua comunidade de origem. Por sua vez, o judeu ou era condenado à morte, ou se convertia. A Igreja não se interessava pela mulher judia, mas preocupava-se, obviamente, com a cristã.

¹⁴ Maurice Kriegel, *Les Juifs à la fin du Moyen Âge dans l'Europe méditerranéenne*. Hachette, Paris, 1979, pp. 47-53.

porque tinham sido o primeiro povo eleito por Deus e para que, com o exemplo do novo povo escolhido, se viessem a converter ao cristianismo. De facto, se, num determinado momento da sua História, os Judeus se tinham auto-excluído do verdadeiro “Povo de Deus”, por rejeitarem o Messias prometido pelos profetas, a salvação eterna não lhes era recusada, pois, no fim dos tempos, eles iriam integrar as fileiras do povo escolhido, assumindo-se como cristãos. Residia nesta crença a razão da tolerância da Igreja e dos reinos cristãos, após a queda do Império Romano.

No entanto, a sua existência não iria ser fácil. Com a dominação visigoda, os Judeus começaram a sentir os efeitos das perseguições religiosas e das conversões forçadas. O judaísmo tornara-se com a actuação do poder político e com o apoio, por omissão, da Igreja visigótica, uma religião a ser aniquilada e, com ela, os seus seguidores. Com os reis Sisebuto, Ervígio e Egica, a liberdade de culto foi sendo paulatinamente coarctada, proibindo-se-lhes a prática religiosa nas sinagogas, encerrando estas e coagindo-os ao baptismo. As consequências das conversões forçadas seriam analisadas e condenadas no IV Concílio de Toledo, de 633, após a conversão forçada ordenada por Sisebuto. Mas sem qualquer resultado. De novo se tornava a permitir a liberdade de culto para os seguidores da Lei de Moisés e se determinavam castigos para os conversos judaizantes. Mas aquela decisão seria um acto transitório.

Egica, meio século mais tarde, reconhecia a decadência dos edifícios das sinagogas e confirmava que estas ou tinham encerrado ou tinham sido destruídas. O reconhecimento da existência de judaísmo clandestino fazia o soberano concluir que estas sobreviviam no interior dos lares das famílias de origem judaica, que continuavam a alimentar a chama da tradição transmitida por Abraão, Isaac e Jacob e confirmada por Deus a Moisés no monte Sinai. Acompanhava esta aniquilação da religião a queima dos livros sagrados dos judeus, nomeadamente daqueles que não eram aceites pelos cristãos.

Para os judaizantes, Ervígio ordenara penas infamantes que iam desde os açoites, ao desterro e confisco de bens, à calvície. Determinava, também que aos sábados os mais importantes das comunidades tomassem as suas refeições com o bispo da diocese. Maneira hábil de testar a prática, ou não, das prescrições alimentares, das orações ou do descanso sabático.

À medida que o poder político constringia pela força os judeus a abandonar a sua fé, a Igreja católica, pela pena de alguns dos seus teólogos, produzia literatura apologética que procurava responder à apologética rabínica. Entre os primeiros, temos Sto. Isidoro de Sevilha (s. VII) que, na sua obra *De fide catholica contra Judaeos*, afirmava que a obsessão deste povo pela Lei Antiga radicava no facto de não a interpretarem com o espírito, mas literalmente. Embora disputasse teologicamente com estes, não aceitava as conversões impostas. De facto, o bispo de Sevilha condenaria a conversão forçada, apesar de o fazer *a posteriori* das medidas do ano de 615. Para ele, os Judeus eram o testemunho vivo da antiguidade e autenticidade da Bíblia; a sua sobrevivência, no exílio e em diáspora, explicava-se pela sua queda junto de Deus; a sua conversão ao cristianismo, tal como afirmara S. Paulo, seria o prenúncio de uma nova era, a do regresso do Messias¹⁵. Apesar desta posição seguida por outros bispos hispanos, em defesa de uma conversão livre e voluntária, nunca a Igreja visigótica recusou frontalmente o baptismo forçado, mantendo sempre válido um sacramento recebido *contra voluntatem*.

Por outro lado, a disputa apologética e proselitista dos Cristãos era acompanhada e apoiada por escritos escatológicos de índole messiânica, que se tinham materializado dentro de um conteúdo canónico com *A Cidade de Deus* e outros textos de Sto. Agostinho, bispo de Hipona, no Norte de África. Na Península Ibérica, estes escritos afirmavam-se pela pena de Apríngio de Beja e o seu *Comentário ao Apocalipse* (s. VI), o *De comprobatione sextae aetatis adversus Iudeos*, o *Prognosticon futuri saeculi* de autoria de Juliano de Toledo, um converso de ascendência judaica. A estes associavam-se outros de origem oriental-cristã como a *Profecia do Pseudo-Metódio*, ou os de origem judeo-oriental como o *Apocalipse de Elias* e o *Apocalipse de Zorobabel*.

Toda esta produção literária, cristã e judaica, iria desenvolver as crenças messiânicas de uns e de outros, durante o século VII. Para tal contribuíram a irrupção do Islamismo e consequente expansão assim

¹⁵ R. Barkai, "Diálogo filosófico-religioso en el seno de las tres culturas ibéricas", in *Diálogo filosófico-religioso entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo durante la Edad Media en la Península Iberica*, Brepols, Bélgica, 1994, p. 4.

como algumas efemérides marcantes na História do povo Judeu: o sexto centenário da destruição do Templo e de Jerusalém pelos Romanos e o segundo milénio sobre a entrega das Tábuas da Lei a Moisés, no monte Sinai, por Deus.

Tendo aceite o baptismo em troca da vida, os Judeus foram confrontados na Península Ibérica, mais do que em outro lugar da cristandade, com uma existência controlada pela maioria dominante que suspeitava da sua fé e receava a sua revolta. A sua destruição social e religiosa apareceria defendida nos XVI e XVII concílios de Toledo, respectivamente, em 693 e 694. Por isso, não podemos estranhar as suas relações com as comunidades judaicas do norte de África nem que eles aparecessem associados à invasão muçulmana, com o objectivo de destruir os cristãos peninsulares.

O perigo islâmico aparecia, pela primeira vez, na *Profecia do Pseudo-Metódio*, como um sinal dos últimos tempos, sendo os Árabes associados às hordas do AntiCristo. Era o “tempo de Ismael” que se anunciava para uma cristandade assolada a Oriente pelo Islão, um Islão que, cada vez mais, se aproximava ameaçadoramente do Ocidente¹⁶, como veremos.

Com maior ou menor fortuna, os Judeus permaneceram entre os Cristãos, durante o período medieval, aparecendo como pertencentes ao senhor da terra, fosse ele o rei, um nobre ou um bispo. Com base em determinações canónicas de que as mais determinantes saíram do IV concílio de Latrão, de 1215, o poder político legislava sobre a diferenciação. Esta assentava no uso de um sinal na veste exterior, como a roda em França ou a estrela de seis pontas em Portugal, o chapéu bicudo com diversos formatos, em toda a cristandade, o traje preto, em Castela, desde Afonso XI, etc. Ao mesmo tempo, afirmavam-se as judiarias ou o bairro dos judeus como o espaço privilegiado para esta comunidade. Inseridas nos agregados urbanos, por vezes em locais marginais ou de menor importância, as judiarias apareciam cercadas por igrejas, numa nítida declaração de domínio da religião maioritária sobre a religião minoritária.

Paralelamente, o poder político apoiava as disputas entre as religiões. Tal aconteceu com Luis IX de França, com os reis de Aragão e de Castela.

¹⁶ Claude Carozzi e Huguette Taviani-Carozzi, *La fin des temps. Terreurs et prophéties au Moyen Âge*, eds. Champs-Flammarion, Paris, 1999, pp. 99-112 ; Juan Guadalajara Medina, *Las profecías del AntiCristo en la Edad Media*, eds. Gredos, Madrid, 1996, pp. 248-254.

Os mendicantes apostavam nas disputas apologéticas, sempre em território neutro e protegido pela paz do rei dada aos teólogos da minoria, como forma de diálogo religioso e filosófico com objectivos proselitistas. Converter pela palavra era o desiderato de uma cristandade em guerra santa com a espada, no seu exterior, e pelo verbo, mais ou menos inflamado, no seu interior. Aqui, o Judeu era o “infiel” que vivia dentro do espaço cristão, infiel reconhecido, como tal, desde as primeiras cruzadas e os primeiros mártires judeus em território imperial. Recordem-se as destruições das judiarias de Trêves, Worms, Mogúncia, Colónia, Praga e outras pelos seguidores de Pedro o Eremita e pelos cruzados. Nem a comunidade judaica de Jerusalém escaparia.

Momento dramático na história dos Judeus aproximava-se com a afirmação económica das cidades e das suas elites, associadas ao comércio, que iriam ver no mercador e credor judeu um inimigo a abater. Assim surgiram as primeiras expulsões: Inglaterra em finais do século XIII, e França em meados do XIV. Mas, nesta última centúria, o crescimento do poder das elites urbanas seria contrariado pelas sucessivas crises económicas e demográficas no desenvolvimento da Europa. A guerra dos Cem Anos, a peste negra e as suas sequelas, as fomes apareciam no imaginário como os cavaleiros do Apocalipse aos quais nem sequer faltava o da Morte. Por isso, a centúria de Trezentos iria ser marcada por novas dizimações das comunidades judaicas, quer na Europa central, quer na Península Ibérica, com excepção de Portugal¹⁷.

Os levantamentos contra os Judeus, mais uma vez, apareciam acompanhados de conversões impostas em troca do direito à vida ou por

¹⁷ Sobre este assunto, pode ler-se, entre muitos outros Autores e obras clássicas sobre o tema: a) França – Bernhard Blumenkranz, *Juifs et Chrétiens dans le monde Occidental*, Paris-La Haye, 1960; *Idem*, *Le Juif médiéval au miroir de l'art chrétien*, Paris, 1966 ; Maurice Kriegel, ob. cit. ; b) Espanha – José Luis Lacave, *Juderías y sinagogas españolas*, eds. Mapfre, Madrid, 1992; David Romano, *De Historia Judía Hispánica*, Universitat de Barcelona, 1991; Beatrice Leroy, *Los Judíos de Navarra en la Baja Edad Media*, Madrid, 1991; Luis Suarez Fernandez, *Judios españoles en la Edad Media*, eds. Rialp, Madrid, 1980; c) Cidades italianas – Eliyahu Ashtor, *The Jews and the Mediterranean Economy (10th-15th Centuries)*, Londres, 1983; Portugal – Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, 1ª ed., IAC, Lisboa, 1970 (3ª ed., ed. Guimarães, 2000); *Idem*, *Os Judeus em Portugal no século XV*, UNL, Lisboa, 1981. Sobre as disputas religiosas, vd. Hyam Maccoby, *Judaism on trial. Jewish-Christian disputations in the Middle Ages*, The Littman Library of Jewish Civilization, Oxford, 1996 (1ª ed., 1982).

massacres. Assim, na Península Ibérica, 1391 marcava uma viragem na história do relacionamento de Aragão e Castela com a minoria judaica. As convulsões antijudaicas de Trezentos que culminaram neste ano com a destruição e matança dos judeus de Sevilha, faziam ressurgir uma nova comunidade cristã, a dos conversos e o aparecimento de um novo problema sócio-religioso. Económica, social e politicamente importantes, os conversos de Aragão e de Castela afirmavam-se como elites perigosas aos olhos dos seus rivais cristãos. Daí as perseguições contra aqueles, de que a mais tristemente famosa foi a que ocorreu em Toledo, no ano de 1449, onde a grande maioria acabaria por perecer às mãos dos seus vizinhos cristãos¹⁸.

Por outro lado, alguns destes conversos trouxeram para a apolo-gética antijudaica os conhecimentos rabínicos e o fogo dos neófitos. Afonso de Valladolid, ex- rabi Abner de Burgos, Paulo de Santa Maria, ex- Salomão ha-Levi, Jerónimo de Santa Fé, todos conversos foram com o dominicano S. Vicente Ferrer os autores de uma apologética cristã pela palavra que radicava num conhecimento dos textos talmúdicos, na escola de um Ramon Martí e outros pregadores do século XIII. A palavra tornava-se uma arma ao serviço do proselitismo religioso, ao mesmo tempo que a legislação régia, produzida nos reinos cristãos peninsulares, vincava a ostracismo a que era votada a minoria¹⁹. Refiram-se as leis de Ayllón para Aragão, onde, mais uma vez, se traçava a figura do judeu como um homem que se apresentava com cabelos e barbas longas e vestia um modesto fato negro em que sobressaía uma roda vermelha, enquanto a judia usava um véu sobre a cabeça²⁰.

¹⁸Vd. o estudo clássico de Eloy Benito Ruano, *Los orígenes del problema converso*, eds. Albir Universal, Barcelona, 1976; Haim Beinart, *Los conversos ante el Tribunal de la Inquisición*, eds. Riopiedras, Barcelona, 1983, ou o trabalho de Luis Suárez, *La expulsión de los Judíos de España*, eds. Mapfre, Madrid, 1991, cap. VII, pp.165-205.

¹⁹ Vd. *Diálogo filosófico-religioso entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo durante la Edad Media en la Península Ibérica*. Brepols, Bruxelas, 1994; Maria José Ferro Tavares, "O difícil diálogo entre Judaísmo e Cristianismo", in *História religiosa de Portugal*, eds. Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, vol. I, pp. 53-86.

²⁰ Luis Suárez, ob. cit., pp. 214-217. A legislação publicada sobre os Judeus pode ser consultada em Fernando Suárez Bilbao, *El fuero judiego en la España cristiana. Las fuentes jurídicas siglos V-XV*, Dykinson; Madrid, 2000; *Ordenações Afonsinas*, Fundação C. Gulbenkian, vol. II, pp. 421-529.

Entre a conversão sincera e a conversão por conveniência, os conversos apareciam divididos e sempre suspeitos de heresia aos olhos da Igreja e dos cristãos velhos. Daí o crescente desejo de introduzir a Inquisição, no território peninsular, para combater uma heresia que ameaçava alastrar subrepticamente, entre as elites, e que levaria o cardeal Cisneros a afirmar que qualquer dia a Espanha teria um rei “judeu”. O medo ao judeu traduzia-se agora no medo ao converso e ao seu sangue “infecto”. Pressionados pelos estereótipos criados para com o Judeu e transferidos para o Converso, como as acusações de sacrifício ritual ou a de profanação da Hóstia consagrada, os Reis Católicos acabariam por impetrar de Roma a criação do Tribunal do Santo Ofício. Este acabaria por actuar no julgamento dos conversos e judeus acusados de crime ritual no *santo niño de la Guardia*²¹, em Ávila, crime que teria ocorrido por volta de 1479. Para os Judeus de Espanha aproximava-se o tempo de uma nova diáspora. Em 1492, os Reis Católicos decidiram-se pela expulsão da minoria do reino. Uns partiriam para Portugal; outros para o norte de África e outros, ainda, emigraram para as cidades italianas.

Para os que entraram em Portugal, a sua estada aqui como judeus foi transitória. De facto, em Dezembro de 1496, D. Manuel publicava o édito de expulsão que acabaria num baptismo forçado para milhares de Judeus portugueses e castelhanos²².

A modernidade iniciava-se com uma Europa ocidental de onde os Judeus tinham vindo a desaparecer, apenas permanecendo no Mediterrâneo central e levantino, assim como no centro da Europa. Na Península Ibérica, a questão judaica dera lugar ao problema converso e aos autos da fé, encabeçados por uma Inquisição cujo objectivo era catequizar, utilizando o medo como pedagogia. Cristãos exteriormente e Judeus na clandestinidade, os conversos peninsulares utilizariam as duas religiões, consoante a sua necessidade de sobrevivência de que não podemos excluir a componente económica. Assim, viviam como cristãos na Península Ibérica, em França, no Império e em algumas cidades italianas, incluindo Roma. Nestas últimas, a permissividade das autoridades e um sentimento generalizado de que eles eram conversos forçados possibilitava-lhes viver na judiaria,

²¹ Luis Suárez, ob. cit., pp. 314-318.

²² Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, eds. Presença, Lisboa, 1989.

assumindo-se como judeus. Era o caso de Ferrara e de Ancona. Noutras, a duplicidade religiosa permitia-lhes os altos contactos sociais necessários aos seus negócios em Veneza, em Florença, em Roma, em França ou no mundo turco²³.

O desenvolvimento do capitalismo comercial na Europa reformada iria tê-los como intervenientes, a partir de Amesterdão ou de Londres.

O Islão

A religião islâmica apareceu com Maomé, na Península Arábica. Entendido, no seu início, como uma heresia cristã oriental pela Igreja do Ocidente, o Islamismo aparecia como a terceira religião revelada, que aceitava a Bíblia como livro sagrado mas não nos termos em que Judeus e Cristãos a seguiam. Maomé era o profeta de Deus e a revelação que lhe fora transmitida, seria passada a escrito pouco depois da sua morte, no tempo de Abu Bakr. O Corão é um código religioso, social e jurídico para os que o seguem. Ao mesmo tempo que precisava os fundamentos do culto islâmico, a oração diária, a esmola, o jejum do Ramadão, a peregrinação a Meca e a guerra santa contra os pagãos e os infiéis, Maomé fixava o direito familiar, patrimonial e penal.

Ainda no século VII, após a morte do profeta, no ano de 636 da era cristã, ocorreram as primeiras dissensões, que viriam a originar as duas grandes correntes do Islão: o chiismo e o sunismo. Os chiitas consideram que só os descendentes de Ali e de Fátima, filha do profeta, são os verdadeiros imãs de que o último viverá escondido até reaparecer como *mahdi*, para preparar o Último Julgamento. Os sunitas afirmam-se como os defensores da Tradição, transmitida pelo profeta.

Em cerca de um século, 636, ano da morte de Maomé, e 732, ano da batalha de Poitiers, o Islão avançou sobre três continentes: a Ásia, até ao

²³ Brian Pullan, "A ship with two rudders: Righetto Marrano and the Inquisition in Venice", in *The Historical Journal*, Nova Iorque, 1977, vol. 20, pp. 25-58; Pier Cesare Ioly Zorattini, *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*, Florença, 1984; Maria José Ferro Tavares, "Cristãos novos: um "barco com dois lemes" (Diáspora judaica no século XVI)", in *Estudos e ensaios. Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 239-250.

Indo, o norte de África e na Europa, a Península Ibérica. O califado situou-se em Damasco com os Omeíadas e depois em Bagdad com os Abássidas, enquanto os sobreviventes daquela família vinham para Ocidente e criavam em Córdova, primeiro um imã que reconhecia o califa de Bagdad como guia espiritual, e depois um califado independente.

A conquista relâmpago de territórios de três continentes levou o “império” muçulmano a estender-se da Ásia central, do actual Afeganistão, aos mares Mediterrâneo e Cáspio, no norte de África, do Egipto ao Atlântico e, na Europa, da Península Ibérica ao sul de Itália, com incursões em França. A curta duração desta conquista, o facto de ela ter sido realizada por uma população exígua, habituada ao deserto, como eram os Árabes, tem feito aparecer teses que a explicam pela guerra santa, a *djiad*, ou pelas conversões ao Islamismo de cristãos descontentes e de pagãos.

Tolerantes, os Muçulmanos não coagiam os vencidos a aderir ao Islão. Estes, designados *dhimmis*, viviam em bairros próprios com as suas igrejas ou as suas sinagogas desde que pagassem os impostos que eram devidos e não ultrapassem a religião islâmica. Convertidos, tornavam-se *muwalladum* com os mesmos direitos que os membros da *umma*, a comunidade dos crentes²⁴.

Após a irrupção islâmica nos séculos VII-VIII, para o Ocidente, entendida pela igreja moçárabe hispânica, como a vinda do AntiCristo²⁵, a Europa responderia três séculos depois com as cruzadas, cruzadas que redundariam numa vitória muçulmana sobre a cristandade e no crescimento da tensão no mundo mediterrânico e na Europa central. A Europa desenvolvia-se e crescia economicamente, enfrentando sempre o dilema da paz, para o comércio e as peregrinações, ou o da guerra, como afirmação de superioridade religiosa e consequente poder político. O inverso era também verdadeiro, tendo o Islão, tais hordas de Gog e de Magog, aparecido como um perigo para

²⁴ Vd. Claude Cahen, *El Islam. Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio Otomano*, col. Siglo XXI, Madrid, 1971, vol. I; Lévi-Provençal, *Histoire de l'Espagne musulmane*, Paris, 1999, 3 vols. (1ª ed. 1950); Francesco Gabrieli, *Mahomet et les grandes conquêtes arabes*, Hachette, Paris, 1967; Christine Mazzoli-Guintard, *Les relations des pays d'Islam avec le monde latin du milieu du dixième au milieu du treizième siècle. Analyse et synthèse*, eds. Messene, Paris, 2000; Franco Cardini, *Europe et Islam. Histoire d'un malentendu*, eds. du Seuil, Paris, 2000, entre outros.

²⁵ José Guadalajara Medina, *Las profecías del AntiCristo en la Edad Media*, eds. Gredos, Madrid, 1996, pp. 63-79 e 248-264. Para Eulógio e Álvaro de Córdova, Maomé é o AntiCristo.

a cristandade, ao conquistar o império bizantino e, por fim, Constantinopla (1453), ao atingir Viena ou ao conquistar Rodes. Ainda hoje, o Mediterrâneo central e oriental, mosaico das três religiões do Livro, é o reflexo, nas suas convulsões religiosas, de um império turco que se começou a desagregar com os movimentos independentistas no século XIX e com o fim da primeira grande guerra mundial.

Cristãos e Muçulmanos

Durante séculos, os dois povos em confronto, Cristãos e Muçulmanos desenvolveram crenças messiânicas, alimentadas por profecias de raiz diversa, associadas à escatologia do Juízo Final ou à ideia do Último Império. Confronto que não impediu que as três religiões do Livro convivessem pacificamente no mesmo território, dominadora, uma, dominadas as outras, consoante os espaços em causa. A tolerância religiosa era ditada por outras razões, às quais a razão económica não era alheia, entrecurtada, aqui e além, pela consciência da afirmação religiosa entendida em perigo ou ameaçada pelo inimigo.

Foi assim que os reinos da Península se destacaram nas suas relações com Roma, com os seus vizinhos cristãos e com o próprio Islão. A Reconquista, a versão ibérica das cruzadas, faria surgir novos reinos cristãos. Assim aconteceu com Portugal cujo rei fundador foi reconhecido pelo papa, devido à sua coragem e bravura na luta contra o Sarraceno. Mas a cruzada não era só um acto bélico; ela era também oração e ascese, ou como pregava frei João Arias “*Arma, autem, milicie nostre non carnalia, sed potentia Domini, sunt oratio assidua et devota, predicatio efficax et discreta (...) quod pro defensione fidei et patrie, piis et assiduis orationibus apud Dominum insitatis*”²⁶. Na luta contra os infiéis construiu-se toda uma ideologia dos reinos cristãos peninsulares e da nobreza que apoiava os

²⁶ *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, vol. I, docs. n° 9, 12, 16, etc.. Vd. Fr. António do Rosário, “Rótulo de São Domingos de Santarém. Documentos inéditos sobre Cruzada a pregar pelos Dominicanos, 1276. I – Carta de fr. João Árias”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 62-63.

seus monarcas, assim como uma outra guerra santa pela palavra e pela oração.

Assim, no ano de 1309, D. Dinis respondia ao enviado do imperador do Sacro-Império, de visita ao reino, “*que el devya saber e que soubese que os enperadores nunca ouverom nem am nenhuum poder na sa terra nem no seu senhorio del rey de Portugal. E en devya saber e fose certo que os reis que ouve en Portugal conquererom a terra e a filharom a mouros e assy a ouverom e pesuyrom sempre en como a os mouros avyam. E nunca enperador nem outrem ouvera nem avya na sa terra nem no seu senhorio nenhuma juridiçom.*”²⁷. Aliás nem outra resposta seria de esperar do neto de Afonso X de Leão e Castela, pretendente que fora ao título de imperador.

A ideia de um rei universal ou de um imperador esteve subjacente à afirmação política de um rei sobre os outros reis, ou de um imperador sobre outros reis. A afirmação ideológica dos reinos europeus mediterrânicos fazia-se no afrontamento ao Islão, mas também no afrontamento à ideia de um “imperador da Cristandade”. Os reinos exigiam a sua autonomia e justificavam-na, perante o avanço abusivo de um imperador longínquo em vitórias contra o infiel, desenvolvendo aquilo que viria a ser o embrião de uma ideologia autonómica e nacional à qual não era alheia a ideia de um império universal hispânico.

Seguindo um paradigma semelhante, o bispo de Silves, Álvaro Pais, na dedicatória a Afonso XI de Leão e Castela, designava-o “*campião católico e defensor da fé ortodoxa de Jesus, Filho de Deus e de Santa Maria...*” e identificava a vitória do Salado sobre o Muçulmano como um acto de Cristo, o verdadeiro general, que, montado num “*cavalo branco*” e segurando um arco, fizera com o seu exército sucessos “*assinalados por dentro e por fora, com a Sua cruz*”. Maomé era a “*besta que vem do abismo*”.

Comandante da milícia de Cristo, o rei ungido não devia fazer as pazes com o Mouro, sem que este tivesse sido totalmente derrotado, não só na Península como em África. Desenvolvendo esta ideologia de defensor de Cristo e da sua Igreja e associando a ela, Portugal, o autor traçava o retrato deste monarca exemplar e sem paralelo nos outros reis da cristandade : vivia

²⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, CEHU, Lisboa, vol. III, p. 249.

“nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal”, expunha “o corpo por Ele”, defendia a fé “até à morte”. Exemplos a seguir eram Constantino, Alexandre, alguns reis visigodos, como Sisebuto, mas sobretudo Melquisedeque. No entanto, como o de todos os monarcas, o seu poder era inferior ao da Igreja e, aqui, o bispo de Silves reflectia muito da teoria teocrática do poder papal sobre o régio²⁸.

Não era inédito nesta construção ideológica das monarquias peninsulares o recuo até aos tempos remotos dos Godos (Visigodos), da Antiguidade ou do Antigo Testamento. Tal já ocorrera na *Primeira Crónica Geral de Espanha* a qual remontara ao dilúvio e à partilha do mundo pelos filhos de Noé, cabendo a Península a Túbal, neto daquele e quinto filho de Jafet, o povoador da Europa. Fora ele quem designara a Ibéria por Hespéria e a povoara, de norte para sul, ou seja, seguindo os caminhos da Reconquista cristã. Também nesta obra, redigida no tempo de Afonso X de Leão e Castela, a Hispânia aparecia premonitoriamente anunciada para um domínio universal, associado a ideias milenaristas de cariz escatológico cristiano-judaicas, que tiveram o expoente na própria candidatura do soberano ao título de imperador, após a morte de Frederico II.²⁹

Também os capítulos da nobreza, nas cortes de Elvas de 1361, salientavam a afirmação ideológica e social deste grupo através da sua participação, ao lado do rei, na luta contra o infiel. “(...) nos Filhos d’algo, e nossos vassallos foy esto guardado, por serviço que sempre fezerom em gaanhar as terras, e deffendellas a Mouros (...)”³⁰, ideia assumida na refundição do *Livro de Linhagens*, nos finais do século XIV.

A mesma construção, alicerçada na luta contra o infiel e associada ao imaginário de Ourique, seria expressa no *Livro de Arautos* do autor anónimo, natural de Lamego,³¹ na *Crónica de 1419*³² e reafirmada com

²⁸ Álvaro Pais, *Espelho dos reis*, IAC, Lisboa, 1955, vol. I, pp. 5-37, 227.

²⁹ Vd. Luis Krus, “Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, col. Patrimonia Histórica, Redondo, 1994, pp. 129-142.

³⁰ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, INIC, Centro de Estudos Históricos, FCSH-UNL, Lisboa, 1986, p. 28. Vd. Luis Krus, “O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII”, in ob. cit., pp. 197-207; *Idem, A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. (1280-1380)*, F. Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa, 1994, pp. 113-312.

forte pendor teórico e ideológico por Vasco Fernandes de Lucena, na oratória lida ao papa Inocêncio VIII, em nome de D. João II³³. Estamos perante a construção da memória histórica de Portugal e dos portugueses como reino e povo escolhido para uma missão específica: a vitória sobre o infiel. Iniciado com a Reconquista, o percurso português e dos reinos peninsulares estender-se-ia ao norte de África e, mais tarde, ao Oriente com D. Manuel.

Cristãos, Judeus e Muçulmanos: a história de uma tensão de contornos milenaristas

O primeiro acto deste monarca com impacte político na sociedade e na história portuguesa foi o édito de expulsão de judeus e mouros, promulgado nos primeiros dias de Dezembro de 1496, que surgia na sequência das medidas tomadas pelos Reis Católicos em relação à minoria judaica de Espanha, em Março de 1492, logo após a conquista do reino mouro de Granada.

Exigência de D. Isabel ou dos Reis Católicos, em seu nome, o édito português soava como uma cruzada contra os infiéis que residiam no interior do reino, cruzada necessária para a própria salvação dos cristãos a quem aqueles procuravam fazer apartar da verdadeira fé. Os termos eram os da apologética cristã “fundamentalista”: *obstinação no ódio, malefícios e blasfemias, filhos da maldição, dureza de coração*³⁴.

Se os Muçulmanos permaneciam os infiéis estranhos à cristandade e a combater até ao fim dos tempos, pois eram identificados com as hostes do

³¹ *Livro de Arautos*, ed. e trad. de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, 1977, p. 250.

³² O autor da *Crónica de Portugal de 1419* iniciava-a, referindo-se a um sonho premonitório do “cavaleiro de Cristo” que seria Afonso Henriques. A sua valentia e vitórias na luta contra os mouros seria pré-anunciada a Egas Moniz, seu aio, em sonhos pela Virgem que lhe declara que “o meu filho quer por elle destruir os imigos da fee” (*Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998, p. 6) e confirmada pelo ermitão previamente à batalha de Ourique (*Ibidem*, pp. 20-21).

³³ Sobre o discurso de Vasco Fernandes e a lenda do milagre de Ourique, vd. Ana Isabel Carvalho Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, INIC, 1987.

³⁴ Vd. Maria José Ferro Tavares, “O difícil diálogo entre Judaísmo e Cristianismo”, in ob. cit., pp. 69-86.

AntiCristo, dentro das ideias milenaristas cristãs, tal já não acontecia com os Judeus que, segundo as palavras de S. Paulo, acabariam por se converter e participar na mesma esperança salvífica. Não era S. João que, no *Apocalipse*, identificava os eleitos, enumerando os 144 mil marcados de todas as tribos de Israel e a multidão incalculável de povos de todas as nações? (Ap. 7)³⁵. Com o baptismo voluntário ou forçado de Judeus e Mouros ou com a saída de uma parte das duas minorias, mínima no caso dos Judeus, Portugal tornava-se o primeiro reino peninsular com uma única religião, a cristã católica.

Era o início de uma universalidade religiosa peninsular que levaria, D. Manuel a não hesitar em exigir aos sogros, nas negociações do seu casamento com D. Maria, o baptismo dos Mouros de Granada, assim como a destruição das mesquitas de Espanha³⁶, como veremos.

A esta unidade religiosa desejada, talvez não da maneira como foi executada, juntava-se a instabilidade social e emocional ocasionada pelos surtos de peste, entendidos pelos cristãos como castigo divino pelos pecados da humanidade, acompanhados pela fome. O clima emocional colectivo era propício ao desenvolvimento de ideias quiliásticas, tanto mais que, na vizinha Espanha, elas circulavam em torno de Fernando o Católico, conquistador de Jerusalém e imperador da monarquia universal³⁷. O cronista Andrés Bernaldez escreveria na sua crónica sobre os Reis Católicos: “ ambos reinaron juntos tantos bienes e misterios, e tantas e tan milagrosas cosas, cuantas habéis visto y oído los que hoy sois vivos, los cuales Nuestro Señor en tiempo, y por manos de ellos, obró e hizo; y los que de ello somos testigos bien podemos tomar por nos aquello que dijo nuestro Señor Redemptor: “*Beati oculi qui vident quod vos videtis*””. Aliás várias profecias da época

³⁵ Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, pp. 252-257 e 427-436. Vd. André Vauchez, “Composants eschatologiques de l’idée de croisade”, in *Saints, prophètes et visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Âge*, eds. Albin Michel, Paris, 1999, pp. 95-105 ; *Idem*, « Eschatologie, religion et politique aux derniers siècles du Moyen Âge », in ob. cit., pp. 106-113 e, sobretudo, « Le prophétisme médiéval d’Hildegarde de Bingen à Savonarole », in ob. cit., pp. 114-133.

³⁶ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, Valladolid, 1963, vol. III, pp. 31 e 32.

³⁷ José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 298-300, 319-327.

³⁸ Cit. por José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 298 e 299.

insistiam na missão providencialista de Fernando, o Católico, como conquistador de Jerusalém e imperador de uma monarquia universal.³⁸

Por isso, à luz dessas mesmas ideias e à semelhança do que ocorrera no reino vizinho com os Reis Católicos ou em França com Carlos VIII a quem Jean Michel profetizaria “...vingando-se dos infieis e perseguindo-os vigorosamente, e castigando os Judeus, subjugando os tiranos e expulsando dos Lugares Santos toda a abominação, e destruindo todos os que servem fraudulentamente Deus, o Criador”³⁹ e Henrique II a quem Nostradamus designava o “primeiro monarca do Universo” e “imperial Majestade”⁴⁰, o rei de Portugal agia como um construtor dos últimos tempos: convertera os Judeus no seu reino e preparava-se para combater os Muçulmanos em África e também no Oriente⁴¹.

Ao mesmo tempo os éditos peninsulares de expulsão das duas minorias religiosas geravam também sentimentos de esperança messiânica, que se arregavam à medida que as descobertas manuelinas avançavam no Índico. De facto, os ex-Judeus, agora, cristãos acreditavam que os Judeus destas paragens eram os descendentes das dez tribos perdidas de Israel, pelo que estaria próxima a sua redenção. Para Isaac Abravanel e para Abraão Zacuto, o primeiro quarto do século XVI apresentava-se como uma época messiânica. Forçados a olhar para o Nascente, para a Terra da Promissão, Cristãos Novos, em Portugal, e Mouriscos, em Espanha, agarravam-se à esperança na vinda do respectivo Messias, adaptando alguns deles para a

³⁸ André Vauchez, ob. cit., pp. 131-132 ; Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, eds. Terramar, Lisboa, 1997 (Fayard, Paris, 1995), caps. III e VI e pp. 88-89. Não nos esqueçamos que Carlos VIII invadiu a Itália e atingiu Roma, o que permitiria um novo alento às correntes milenaristas já de si efervescentes com as pregações de Savonarola. Por sua vez a “profecia” de Guilloche identificava-o com o “novo” Carlos Magno que, depois de ter subjugado a Espanha, a Itália e conquistado Roma, seria eleito imperador e venceria os Turcos. “(...) *Em Jerusalém entrará / E ao monte das Oliveiras subirá (...) / Depondo as suas três coroas (...) / A Deus entregará seu espírito, / Surgirão então sinais maravilhosos, / A terra tremendo em todos os sítios (...)*”, in Delumeau, ob. cit., p. 89.

⁴⁰ Nostradamus, *Profecias*, pp. XXI e XXII.

⁴¹ Vd. Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da cruzada ao Quinto Império”, in AAVV, *A memória da Nação*, Sá da Costa, Lisboa, 1991, pp. 89-100.

⁴² Maria José Ferro Tavares, “Características do messianismo judaico em Portugal”, in *Estudos Orientais – O legado Cultural de Judeus e de Mouros*, Lisboa, UNL, Instituto Oriental, 1991, vol. II, pp. 245-266; Elias Lipiner, *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*, ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986, pp. 15-32 e 60-74; José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 300, 306. Não nos

construção ideológica da sua escatologia as próprias profecias cristãs peninsulares⁴².

Pouco sabemos sobre a circulação das ideias messiânicas no Portugal de Quatrocentos e Quinhentos. No entanto, não podemos ignorar a sua circulação na Europa de então, circulação à qual a cidade dos Papas não era alheia, para já não falarmos da própria Península Ibérica. Dentro destas correntes, podemos integrar as próprias críticas ao comportamento dos clérigos e à corrupção dos costumes, sinais de um “mundo às avessas” de que a literatura portuguesa nos dá inúmeros exemplos, no *Cancioneiro Geral* ou na *Miscelânea* de Garcia de Resende. Ou o aparecimento das Bíblias políglotas de que foi artífice o cardeal de Sevilha Cisneros. A este propósito escrevia Miguel Aviles: “La Biblia Poliglota se concibe como un instrumento para convertir el mundo, en un ámbito en que sólo haya una ley, una grey y un pastor...”⁴³. Ou a proliferação de visionárias profetizas dos feitos dos Reis Católicos onde radicou uma certa espiritualidade que iria dar vida aos *alumbrados*, mas que se afirmava na aspiração de conquistar os Lugares Santos⁴⁴.

Tão pouco sabemos o impacte, se é que o teve no reino, da obra do franciscano João Meneses da Silva, o beato Amadeu, autor de uma obra profética intitulada *Nova Apocalypsis* onde sobressai a figura do *papa angelicus*, de contornos milenaristas, obra que circularia em Roma, nos séculos XVI e XVII. Com toda a probabilidade o seu pensamento deve ter sido divulgado a partir de Castela onde viveu com sua irmã Sta. Beatriz da Silva, na segunda metade do século XV⁴⁵. Aqui fundou o beato Amadeu o primeiro convento, integrado na Observância de S. Francisco e no ideário de pobreza do *Poverello* de Assis, com o objectivo de retomar o espírito de

podemos esquecer que Pico della Mirandola afirmava que, por intermédio da cabala, os judeus podiam ser trazidos à fé cristã (José Pina Martins, “Giovanni Pico della Mirandola na cultura portuguesa do século XVI”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Espiritualidade e Evangelização*, Porto, 1989, vol. V, pp. 27-28).

⁴³ Miguel Aviles, « Corrientes de espiritualidad en España en la época de los Descubrimientos », in *Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. V, p. 148.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 148-149 e 152.

⁴⁵ Jean Delumeau, ob. cit., pp. 102-103 ; António Domingues de Sousa Costa, « Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia », in *Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. V, pp.159-341.

pobreza evangélica e de catequização dos povos das terras descobertas por Portugueses e Espanhóis, designando-se os seus seguidores, frades do Santo Evangelho. Os capuchos, como seriam denominados estabelecer-se-iam em Portugal, onde contaram com a protecção dos reis D. João II e D. Manuel ou com a do duque de Bragança D. Jaime, que quisera entrar em ordens se o rei lho tivesse permitido⁴⁷.

É dentro de um ambiente de crítica de costumes da Igreja na sua globalidade e também de milenarismo que, parece-nos, podemos entender a atitude, tomada em relação ao papa Alexandre VI, por D. Manuel e Fernando o Católico. Papa de uma corte dissoluta, pouco digna da sua qualidade de representante de Cristo, era causa de escândalo para a cristandade, pelo que os dois reis peninsulares entenderam “*amoestar ho Papa, & pedir-lhe quomo obedientes filhos da Egreja catholica, que quisesse poer ordem, & modo na desuluçam de vida, costumes, & expedição de breves buluas, & outras cousas que se em corte de Roma trattavam de que toda ha Christandade reçebia scandalo*”⁴⁸.

Dentro do princípio escatológico da universalidade do Cristianismo e da vitória sobre o Islão, identificado como as hordas do AntiCristo, pode ser interpretada a procura do Preste João e o propósito de atingir a Índia, objectivo que acompanhara, segundo Zurara, as preocupações do próprio Infante D. Henrique ao avançar pela costa africana. A Índia aparecia ideologicamente construída como o cumprimento de uma “*inspiração divina*” em Gaspar Correia, o autor das *Lendas da Índia*⁴⁹. Para João de Barros, a empresa da Índia bem sucedida com D. Manuel, fora a realização de uma *esperança de setenta e cinco annos*, ou seja, o cronista fazia-a remontar a todo um processo de descobertas marítimas iniciado por D. Henrique⁵⁰, o infante da *íncilita geração* associado à nova família

⁴⁷ A. D. Sousa Costa, ob. cit., pp. 159-201.

⁴⁸ Damião de Góis. *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, vol. I, Parte I, pp. 64-65.

⁴⁹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lello & Irmão, Porto, 1975, vol. I, p. 9. João de Barros referia-se a Maomé como AntiCristo e à sua religião como uma praga. (Vd. João de Barros, *Décadas da Ásia. Década Primeira*, Livraria São Carlos, vol. I, pp. 1-2). Sobre o AntiCristo, Vd. José Guadaluja Medina, ob. cit., cap. IV.

⁵⁰ João de Barros, ob. cit., p. 262 e todo o liv. III. Gomes Eanes de Zurara falava também na predestinação divina de D. Henrique (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, ed. Civilização, Porto, cap. VII, p. 46).

de Avis-Beja, como o seu fundador carismático e também predestinado a tal feito.

A descoberta do caminho marítimo para a Índia permitiria a D. Manuel defender a ideia da luta contra o infiel em prol da universalidade do cristianismo, quer no Mediterrâneo, quer nas regiões mais longínquas. Na carta de Julho de 1499, dirigida aos Reis Católicos, o monarca português exaltava tal feito como “*serviço de Deus... e nosso*”, o encontro com “*jente cristã ... posto que tam confirmada na fé nom seja*”, a destruição dos Mouros “*daquelas partes*” e ocasião para alimentar a guerra contra os Muçulmanos “*de nossas conquistas destas partes*”, para além da transferência do comércio de Meca e do Cairo para Portugal. Terminava a carta, declarando a guerra contra o infiel como um desígnio dos dois reis peninsulares⁵¹.

Em Agosto de 1499, intitulado-se já *rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África, e Senhor da Guiné e da conquista e da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*, D. Manuel informava o “cardeal protector” D. Jorge da Costa, sobre as notícias do Oriente e da estranha forma de cristianismo desses povos, ao mesmo tempo que relatava os casos de conversão à fé católica do mouro Moçaide, e do judeu de Alexandria. As informações prestadas por estes dois homens foram de tal modo importantes que o soberano afirmava o encontro com estes dois indivíduos como desígnio de Deus querer a Índia cristã: “*que bem se mostra achar se aquela terra por grande misterio de Nosso Senhor, pera seu santo serviço e bem da Cristandade, pois logo com isso ordenou de se nos trazer este homem que avemos açerca por tanto como todo o al, porque sem ele vir estevera ainda muitos anos todo o achado por se saber tam comprida e intrinsecamente como agora de nós é sabido*”⁵².

A descoberta da Índia daria outra força ao rei de Portugal para, em Maio de 1500, impor condições aos Reis Católicos para casar com D. Maria. De facto, nas negociações do seu casamento com a princesa, D. Manuel incluiria, entre as condições, o encerramento e a destruição de todas as

⁵¹ *Notícias de missionação e martírio na Índia e Insulíndia*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, eds. Alfa, vol. 47, pp. 49-50.

⁵² *Ibidem*, pp. 50-53.

mesquitas assim como o baptismo de todos os Muçulmanos, residentes em Espanha. Esta exigência tinha como base o desejo de D. Manuel fazer guerra contra os Mouros em África e contra o Turco, para o que esperava contar, em caso de necessidade, com o apoio dos sogros⁵³.

Em Novembro do mesmo ano, o embaixador dos Reis Católicos em Lisboa, comentava em carta que lhes dirigia com novas da corte portuguesa, que os exércitos se preparavam para passar a Ceuta e acrescentava, “*y dizem que todavia determina el señor rey de pasar allende*”⁵⁴. Um ano mais tarde, constava em Espanha que os Portugueses tinham conquistado a cidade de Sabá e que um mercador do Cairo, Jacob Roxo, contava em Nápoles as vitórias portuguesas sobre o Turco no mar Vermelho⁵⁵. Por isso, numa festa no paço em honra da família real portuguesa, um dos momos cantava em frente de D. Maria:

*“Rey y reina y eçelente
a quien reynos non nonbrados
ocultos nunca fallados
deldel cabo de Oriente
obedeçen nuevamente
a quien yeslas y tesoros
encubiertos
por caminos nunca çiertos
conquistando muchos moros
te son todos descubiertos.”*⁵⁶.

A África e o Turco seriam objecto de troca de variada correspondência entre Portugal e Espanha, aparecendo aquele reino zeloso e cioso do domínio das terras de além mar, em África, assim como de um papel de sustentáculo da cristandade. Em 1501, D. Manuel enviava cartas, de que conhecemos as minutas, a várias individualidades sobre a guerra em África.

⁵³ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal.....*, vol. III, pp. 31 e 32.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 68.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 99.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 84.

Nelas destacava diversas mensagens: as mercês que Deus concedera a Portugal eram razão do serviço do reino em África; as despesas dever-se-iam destinar à guerra exclusivamente; os exércitos preparados por cada uma dessas individualidades deviam constituir tropas de elite; o embarque seria em 1502, devendo encontrarem-se preparados e prontos em Fevereiro, para tal efeito⁵⁷.

Neste ano, D. Manuel armava galés contra Gibraltar, pretendendo conquistar Targa e Tetuão, mas sem sucesso. A armada para defesa do estreito de Gibraltar era entregue a Diogo Lopes de Sequeira o qual recebera do rei instruções precisas para a sua actuação, ou seja, capturar e trazer a Ceuta todos os barcos que se encontrassem no rio de Tetuão e queimar os que não pudesse trazer, *em tall modo que asy de huuma maneira como doutra nam fique nenhuum navio nem barco no dito rio porque este he o principall serviço que ambos nos aves de fazer*". Em seguida, a armada portuguesa deveria tomar e roubar a cidade e *"fazerdes todo mall e dano que poderdes"*. Regressados a Ceuta, o objectivo seguinte seria atacar Targa, *"onde estes dias pasados vos fostes"*, e conquistar o castelo e uma aldeia próxima, fazendo *"todo mall guerra e dano que poderdes e esperamos em Nosso Senhor que façaes aquy boa cavalgada por a segurança que os mouros cuidam que aly tem e o castello vos trabalhaes por deribar e destruir de todo dando o tempo pera yssso lugar. (...) E que se aquy em Targua achardes alguns navios e barcos de mouros asy de guerra como quaesquer outros façaes nelles o que vos mandamos que façaes nos que achardes no rio de Tetuam..."*. A tomada de barcos dos Mouros estendia-se a toda a costa até Melilla. A acção militar teria a duração de um a dois meses no máximo⁵⁸.

O objectivo não alcançado era defender o Mediterrâneo ocidental cristão, africano e peninsular, assim como a costa atlântica portuguesa dos ataques dos Muçulmanos do norte de África, os quais eram azo de insegurança de pessoas, bens e navegação, ao mesmo tempo que fortaleciam a crescente ameaça do Islão sobre a Cristandade. No ano seguinte, D. Manuel preparava o reino para nova tentativa, tal era o *"desejo que tinha de imitar hos reis seus*

⁵⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, CEHU, Lisboa, vol. IV, pp. 51-52.

⁵⁸ *Ibidem*, vol. IV, pp. 56-63; vol. V, pp. 520-529; Damião de Góis, ob. cit., vol. I, p. 140.

antecessores, & serlhes companheiro na gloria que alcançaram nas conquistas das çidades, villas, castellos, & lugares que na terra destes infieis, elles per suas pessoas, passando em Africa ganharam"⁵⁹. Com tal finalidade, destinava uma parte das rendas da ordem de Cristo, assim como decidia que os cavaleiros desta ordem fossem lutar no norte de África contra os Mouros⁶⁰.

O propósito de passar a África seria gorado pela necessidade de defender Veneza. Assim, respondia ao apelo de cruzada contra os Turcos feito pela Senhoria, com a armada sustentada com o pedido lançado no reino para passar além do Estreito. Entregue o comando a Rui Teles de Meneses, os Portugueses tentariam, sem sucesso, conquistar o castelo de Mazalquivir, fronteiro à cidade de Orão, após o que seguiriam para Itália, onde acabariam por não ter qualquer participação, a não ser na conquista de uma carraca turca, por recuo dos Turcos na luta contra os cristãos⁶¹. No entanto, se Rui Teles de Meneses não teve oportunidade de combater o inimigo receado, o mesmo já não aconteceu com o prior do Crato, Diogo Fernandes de Almeida, que, preterido no comando da armada, se exilou em Rodes de onde comandaria uma armada que viria a derrotar o temido infiel, em 1504⁶².

Ao mesmo tempo que desenvolviam o combate contra os infiéis no Mediterrâneo, os Portugueses no Oriente encontravam o mesmo inimigo, nos "*mouros de Meca*"⁶³. De facto, os Mouros apareceriam como os traidores, os conselheiros dos reis africanos e do rei de Calecut, inimigos dos Portugueses, os rivais no comércio das especiarias. Poucos eram os amigos fiéis, como Monçaide, o que era óbvio perante a concorrência económica no mesmo espaço, o Índico, agravada pelo facto de Cristianismo

⁵⁹ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, pp. 104-105 e 145.

⁶⁰ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tº III, pp. 100 e 107-111.

⁶¹ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, pp. 110-113. Aliás, Orão seria conquistada, em 1509, pelos exércitos espanhóis comandados pelo Cardeal Cisneros (Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade*, p. 103)

⁶² *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, p. 113.

⁶³ Damião de Góis, ob. cit., p. 137; João de Barros, ob. cit., vol. I, pp. 310-314, 330-331, 340-357, etc.

e Islamismo se apresentarem sempre com um carácter proselitista perante os outros.

A guerra ao infiel muçulmano alargava-se ao Índico, de tal modo que o sultão de Babilónia se queixaria ao papa Júlio II dos dois reis peninsulares pela contínua perseguição que ambos os reinos faziam ao mundo islâmico, ameaçando aquele destruir o Santo Sepulcro e os religiosos que lá se encontravam⁶⁴. O intermediário fora um frade franciscano de origem peninsular, guardião do Monte Sião, o mesmo que comunicaria a missiva ao rei de Portugal, a quem o papa pedia conselho para uma resposta.

Na mesma altura em que D. Manuel obtinha bula de cruzada para as despesas com a guerra contra o Islão, via-se confrontado com a ameaça diplomática do Turco, junto de Roma. A resposta do monarca era a de quem pensava conquistar Meca em breve, *“ho que cremos que per misericordia de Deos sera mui cedo”*, ao mesmo tempo que se vangloriava da autoria da conversão forçada dos Mouros de Granada, junto dos Reis Católicos, como condição para o casamento com D. Maria. Incentivava, ainda, no conselho ao Papa, a Santa Sé a liderar a ideia de uma cruzada de toda a cristandade contra o Turco que dominava nos lugares santos de Jerusalém⁶⁵. Ideia que retomaria em 1506, ao enviar Duarte Galvão a Roma com o objectivo de ser pregada a cruzada contra *“ho gram Turco, & aho Soldam de Babilonia, pera se cobrar ha casa Sancta de Hierusalem, pera ho que elle offereçia sua pessoa, & Regno, com toda ha armada a que seu estado podesse abranjer. Mas ho trabalho que el Rei pelo discurso de toda sua vida tomou sobresta sancta empresa, aproveitou pouco...”*, concluía o cronista. Anos mais tarde, na embaixada de Nuno da Cunha ao papa Leão X, voltaria ao tema da cruzada contra os Muçulmanos sem qualquer sucesso⁶⁶.

Jerusalém aparecia como uma obsessão da corte portuguesa, quer por parte de um rei que a queria devolver à cristandade, quer por parte de um familiar próximo, o duque de Bragança, D. Jaime, que se propunha ir como

⁶⁴ No cerco de Diu, foram tomadas pelos Portugueses algumas bandeiras do sultão de Babilónia as quais seriam enviadas a D. Manuel, que as mandou colocar no convento de Cristo, em Tomar. A sua iconografia era um cálice com a hóstia erguida, pelo facto de o sultão ter conquistado a Casa Santa de Jerusalém (Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, cap. 39, p. 124).

⁶⁵ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, cap. 93, pp. 201-205.

⁶⁶ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, p. 39; vol. II, Parte II, pp. 185-188.

⁶⁷ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, p. 138.

franciscano até à cidade santa ao abraçar o ideário de Beato Amadeu, o que o soberano não viria a permitir⁶⁷.

A falta de cereais e a consequente fome, a peste e os custos elevados com a armada da Índia, faziam em 1506⁶⁸, D. Manuel desculpar-se perante o sogro de não o acompanhar na passagem a África, como estava determinado. Mas se não mandava avançar os exércitos, não deixava de exercitar a espionagem e a propaganda dos feitos dos Portugueses no Oriente, em terras do norte de África, tal como o fazia na Europa⁶⁹. Assim, em Agosto daquele ano, enviava Lopo Fernandes com instruções específicas sobre o que devia observar, saber e fazer em terra de Mouros.

O contacto era Diogo de Azambuja, alcaide do castelo de Mogadouro, entretanto edificado⁷⁰, que lhe devia fornecer meios para explorar o território inimigo, mesmo o dos Mouros que tinham paz com Portugal, em termos de defesa natural, de água, de produtos agrícolas, de gentes, de armas, de mercadorias para o comércio, não esquecendo nunca de incutir a importância da fortaleza portuguesa de Safim como um local de trato, onde eles poderiam comprar as especiarias orientais que se encontravam nas mãos dos Portugueses e não nas dos Muçulmanos, como até então acontecera.

A propaganda do poder português no Oriente era pretexto para mostrar a superioridade de Portugal frente ao Turco no Índico, ao mesmo tempo que traçava a estratégia para o comércio das especiarias nas praças portuguesas, nomeadamente em Safim, a qual assentaria em mercadorias várias, onde os cereais não seriam de somenos importância em época de carestia, e em informações vitais para a compreensão das movimentações políticas no norte de África, cujo objectivo era a sua reconquista para a cristandade⁷¹. Entretanto, Fernando o Católico não descurava um potencial espaço de expansão como era o norte de África. Assim, no ano seguinte, circulavam notícias de que D. Fernando pretextava conquistar Tremecem⁷².

⁶⁸ Lembremo-nos que, neste ano de 1506, ocorreu o levantamento contra os Cristãos Novos, sendo uma das suas causas a fome e a carestia, provocadas pela escassez de cereais e a peste. Vd. Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, ed. Presença, Lisboa, 1987.

⁶⁹ Luís Filipe Thomaz, ob. cit., p. 91, nota 28.

⁷⁰ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, p. 40.

⁷¹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 16-19 e 253-268. Vd. *Ibidem*, pp. 283-289.

⁷² *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, p. 153; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, p. 817.

Entendendo a guerra contra os infiéis um desígnio dos reis peninsulares, ambos, em 1509, procuravam negociar a partilha de África, após o litígio diplomático levantado com a conquista espanhola de Velez la Gomera aos Mouros do norte de África, “*que nuestra y de la corona de nuestros reynos, por ser cosa como es de nuestra conquista del reyno de Fez, y por los límites que quedaron por determinar en la costa de Berberia, de los limites del reyno de Fez fasta el cabo Bojador y de Non, donde comiençan las marcas de Guinea...*”⁷³.

Em 1510, os boatos de que D. Fernando pensava passar a África e conquistar Tetuão foram motivo de protesto por parte de D. Manuel, que afirmava “*que nisto nos toca e se nos deve guardar.... e que lhe rogamos muyto que elle proveja logo acerca dyso, avysamdo seus capitães que de tall cousa se nom entremetam...*”. Em jeito de desafio, o Rei Católico respondia ao monarca português, incitando este a armar uma armada contra os piratas do norte de África que lhe atacavam o litoral⁷⁴.

O medo em relação ao avanço do Turco e as cisões na cristandade reflectiam-se na política peninsular. Na corte de Espanha, receava-se o avanço de França em terras deste reino por causa de Navarra e via-se a aliança dos Franceses com os Turcos como um desejo de destruir a Espanha⁷⁵. A união da França com o Otomano levava Delumeau a escrever que este não era sentido como um perigo pelos franceses que não tinham consciência de estar a “trair” a cristandade. Pelo contrário, o “medo” face ao Turco era uma questão de mentalidade sentida por Roma⁷⁶ e, acrescentaria eu, pelos reis peninsulares, os únicos que falavam em cruzada e procuravam responder ao apelo do Papa para uma cruzada contra

⁷³ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, pp. 160.174. Estes acordos não eram novos, datando a primeira divisão de África do reinado de D. João II, soberano que estava mais preocupado com a defesa da costa ocidental de África das investidas espanholas do que com a conquista da África marroquina. (*Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. II, p. 187; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 45-46. Este documento encontra-se mal datado, pois foi-lhe atribuído, embora com reserva, o reinado de D. João III).

⁷⁴ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, pp. 186 e 188-192, respectivamente.

⁷⁵ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, p. 205.

⁷⁶ Jean Delumeau, *La peur en Occident*, pp. 264-265.

os infiéis. Maquiavel, na sua comédia *A mandrágora* perguntava se o Turco chegaria a Itália⁷⁷. O medo aparecia aliado à ideia do fim dos tempos, entre os cristãos, mesmo que a classe política pretextasse em alianças e no desenvolvimento do comércio, como acontecia com a França.

Em 1512, D. Manuel felicitava o mestre de Rodes e a vitória que alcançara sobre o sultão, ao mesmo tempo que salientava a vitória portuguesa no mar Vermelho, em nome da fé católica. O objectivo era Jerusalém, como veremos: “... *ut orientalis et inclita operatio nostra pro fidei catholicae exaltatione catholicis etiam armis vestris vivetur in nostro orbe ab illo orientali tam longinquo et prope relegato admanifestum scilicet divini iudicii contra sarracenos indicium et christianorum cordium invitamentum ut sic quidem ipsius Mahumetus ab utroque orbe christianis armis confossus perpetuo exterminetur excidio et demum annuncietur in Sion ultio domini et laus ejus in Hierusalem*”⁷⁸.

Por esta altura, libertava Afonso de Albuquerque o embaixador do Preste João ao rei de Portugal, o qual estava cativo em Dabul. Na carta que enviava a D. Manuel sobre este assunto, Albuquerque não se eximia a comentar quão pouco defendida estava Meca, sendo cidade fácil de conquistar, assim como Judá⁷⁹. E acrescentava “... *se Vosa Alteza vise ho que vay na Imdia depois que souberam que este era embaxador do Preste João parecer lhe ia prenostica dalguma mudança grande tam asombrada esta a jemte da Imdia. Prazera a Noso Senhor que sera começo da destruyçam da casa de Mequa que me a mym parece muy pequeno feito d'acabar porque he terra muyto fraca sem jemte d'armas. Os alarves vivem muy lomje na cidade de Mequa nam ha senam jemte de comtas de rezar na mão e alfenados sen nenhuma arma. Em Juda avera hy cemto e cimquoenta mamalucos que ha senhoream e colhem eses direitos*”⁸⁰.

Este embaixador da Etiópia, representante da rainha Helena, trazia a ajuda deste reino na luta contra o Turco, ao mesmo tempo que oferecia as relíquias do Santo Lenho ao rei de Portugal. Ao mesmo tempo que prometia o auxílio por terra contra o ataque por mar dos Portugueses, avançava com

⁷⁷ Cit. in Franco Cardini, *Europe et Islam. Histoire d'un malentendu*, eds. du Seuil, Paris, 2000, p. 212.

⁷⁸ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 230-232.

⁷⁹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 299-302.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 301.

uma profecia que corria no reino dos Abissínios: “*Este he ho tempo segundo dizem, em que dixeu Iesu Christo a sancta Maria sua madre, que no derradeiro tempo se aleuantaria hum Rei da parte dos Frangues, & que este daria fim ahos Mouros, & este he ho mesmo tempo em que Christo ho prometeo a sua madre*”⁸¹. Segundo o padre Francisco Álvares, quer o discurso do embaixador português ao rei da Etiópia, quer as crenças que corriam neste reino, revelavam que as esperanças da conquista de Jerusalém e da destruição de Meca coabitavam nos dois povos, sendo entre os abissínios confirmadas por profecias várias como a do último papa abexim, o centésimo e último, o qual acabara de falecer⁸².

O medo cristão perante o avanço dos Turcos fazia o Rei Católico congratular-se com a vitória portuguesa sobre estes no Mar Vermelho e felicitar-se pelas pazes conseguidas entre os vários reinos cristãos, de modo a conjugarem-se os esforços para uma grande armada contra os infiéis, quer pelo Mediterrâneo, quer pelo Mar Vermelho. Aqui actuariam os Portugueses e os súbditos do Preste João. Estávamos em 1514⁸³.

Neste mesmo ano, uma bula de Leão X concedia a D. Manuel as terças das rendas eclesiásticas de Portugal para a guerra de África “*contra perfidos Feccensium et Maroquitarum reges*”⁸⁴. De facto, os avanços dos reis de Fez e de Marrocos punham em causa a presença portuguesa nas praças do norte de África, bem como os reinos mouros em paz com Portugal⁸⁵. Ainda em 1513, Gil Vicente representara o auto “*Exortação da guerra*”, quando da partida do duque de Bragança para Azamor e pela voz de Aníbal exclamava:

*“Deveis, Senhores, esperar
Em Deos que vos ha de dar
Toda Africa na vossa mão.
Africa foi de Christãos,*

⁸¹ Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte II, p. 197.

⁸² Pe. Francisco Álvares, *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, eds. Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 39, Lisboa, 1989, vol. I, p. 140 e vol. II, pp. 36 e 43.

⁸³ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, pp. 235-236.

⁸⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, pp. 449-459

⁸⁵ Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte III, pp. 184, 238, 243-246; Parte IV, pp. 9-19, 66-68.

Mouros vo-la tem roubada.

(....)

*He guerra de devação,
Por honra de vossa terra,*

(...)

*Sua Alteza determina
Por acrescentar a fé
Fazer da mesquita Sé
Em Fez por graça divina.
Guerra, guerra mui continua
He sua grande tenção.”⁸⁶*

A África muçulmana e a Terra Santa foram desígnios interiorizados em Portugal, constituindo um partido de opinião que se iria afirmar comopositor ao do Oriente. O infiel aparecera, desde o início do reino, como o motor ideológico da sua força interna e externa. Com ele se fizeram mártires, como o infante D. Fernando, com ele se afirmara carismaticamente Portugal. Por essa razão, D. João II não esquecera de explicitar no seu testamento, em ementa, “*Cepta e Tanger nom sair destes regnos por pressa nem trabalho que venha*”⁸⁷ e D. Manuel retomava o mesmo élan no seu testamento, ao enviar um romeiro a Jerusalém, por sua memória, e ao encomendar ao seu sucessor o “*acreceentamento da nossa samta fee catholica*”, em qualquer parte, construindo, nomeadamente, em África, no mar Vermelho e na Índia fortalezas para esse efeito⁸⁸.

Damião de Góis escreveria a este respeito: “*Em quanto elRei viveo sempre seu desejo, & vontade foi passar, em Africa, pera pessoalmente fazer guerra ahos Mouros, mas ho tempo, & successo delle nunca lhe quis a isso dar azo...*”⁸⁹ e João de Barros referia, na alocução de D. Manuel aos capitães da armada para a Índia, que o reino de Fez era conquista de Portugal⁸⁹.

O sonho da África portuguesa e cristã iriam levar D. Manuel, após a morte de D. Maria, a desejar ir residir no Algarve para mais de perto

⁸⁶ Gil Vicente, “Exortação da Guerra”, in *Obras Completas*

⁸⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, pp. 88-98.

⁸⁸ *Ibidem*, pp. 111-163.

⁸⁹ Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte I, p. 145.

⁸⁹ João de Barros, ob. cit., vol. I, p. 272.

comandar a empresa contra os Mouros marroquinos, ao mesmo tempo que se predispunha a viver em recolhimento. Neste final de vida ainda tentaria conquistar Tetuão, sem qualquer resultado⁹⁰, ao mesmo tempo que legava esmolas à Casa Santa de Jerusalém e ao Monte Sinai⁹¹.

Anos mais tarde, esse desejo seria chamado à colação, nos pareceres pedidos por D. João III sobre as praças portuguesas no norte de África. De facto, os projectos de Portugal conquistar Fez e Marrocos seriam acentuados por alguns altos dignatários da nobreza e da Igreja, a propósito do abandono de Safim e Azamor⁹². A memória dos feitos de D. Manuel fazia Manuel de Sousa escrever no conselho pedido: *“pois falar em el rey seu pay que sancta grorya aja me parece muy escusado pois a tam pouco que passou e esta aynda a memorya muy fresca da grande comquysta que sempre sosteve não somente nas partes que dos outros numca fforam cometidas mas aynda naquelas cuja notycya nynguem alcançou nem aos passados fforam manyffestas. As quais não somente someteo a seu sennhoryo mas a mor parte converteo a ffe e trouxe ao conhecimento da verdade que era principall causa e fundamento com que tantos trabalhos e gastos soffrya tanto que se pode bem dizer que descobryo outro novo mumdo e que com sua boa ventura hya tanto avante que parecy a que em pouco tempo se ffizera senhor de maior parte do mundo do que ate seu tempo per nenhum principe foy conquistado”*⁹³.

Guerra de África que tinha a perspectiva de cruzada pela fé, com a componente escatológica da salvação eterna para todos os que nela participavam. Não era Gil Vicente quem fazia entrar imediatamente na barca do céu, os cavaleiros que morriam no norte de África a lutar e a morrer por Cristo e punha na boca da Fama D. Manuel como o *alferes da fé*, por quem Meca e Adem eram atribuladas?⁹⁴. O mesmo Mouro que contrabalançava o *mar profundo* na epopeia d’*Os Lusíadas* e a mesma guerra que dava voz ao Velho que, nas praias do Restelo, clamava contra a *“glória de mandar”*,

⁹⁰ Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte IV, pp. 61, 66-68, 118.

⁹¹ *Ibidem*, p. 200.

⁹² *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, pp. 832-859 e, nomeadamente, pp. 847 e 854.

⁹³ *Ibidem*, pp. 847-848.

⁹⁴ Gil Vicente, “Auto da Barca do Inferno”, in ob. cit., pp. 246-247; *Idem*, “Auto da Fama”, in ob. cit., pp. 126-127.

a “vã cobiça /Desta vaidade a quem chamamos Fama”, quando perto do reino “Deixas criar às portas o inimigo,” “Não segue ele do Arábio a lei maldita, / Se tu pela de Cristo só pelejas?”⁹⁵.

O sonho de uma África portuguesa e cristã adormecia com D. Manuel. Trocada pelas especiarias do Oriente, a luta contra a moirama no norte de África desmoronava-se com a entrega de algumas praças portuguesas, conquistadas no tempo do rei Venturoso e de Alcácer Ceguer e de Arzila tomadas por D. Afonso V, por seu filho D. João III. Ceuta e Tânger ficariam como derradeiros baluartes da presença portuguesa⁹⁶. Mas se a estratégia da política real tinha mudado de rumo, tal não sucedera com o imaginário popular de cariz milenarista que via no rei Piedoso, o rei justo, pacífico e bom, nem com a poesia erudita da época. O poeta António Ferreira cantá-lo-ia como o “Rei justo, Rei clemente, Rei pacífico, / Rei homem, Rei e pai, senhor e amigo” “De Bárbaros espanto, amor, e medo./ Luz clara de infieis; coluna firme / Da católica Fé; de idolatrias /Falsas destruidor; paz do teu Reino”⁹⁷.

De facto, as *Trovas* de Bandarra, o sapateiro de Trancoso, ou as obras de alguns poetas humanistas são as duas faces de um mesmo espelho, iluminado pela esperança do *Português Império, que assim toma / Senhorio por mar de tanta gente, / Tanto bárbaro ensina, vence, e doma*^{97bis} era o último império e de que o fim dos tempos estava próximo. Agravava esta crença a desordem que grassava no interior da Cristandade, onde os luteranos viam nos Turcos o flagelo de Deus sobre a Igreja católica, a “besta” Roma, tal como acontecia com as crenças messiânicas dos cristãos novos populares⁹⁸.

⁹⁵ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto IV, estrofe 100.

⁹⁶ Vd. Maria Leonor Garcia da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, in *Mare Liberum*, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n.ºs 13 e 14.

⁹⁷ António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, ed. Sá da Costa, vol. II, pp. 35 e 34.

^{97bis} *Ibidem*, p. 78.

⁹⁸ Franco Cardini, ob. cit., pp. 216-217. Sobre as crenças messiânicas dos cristãos novos, vd. Maria José Ferro Tavares, “Para o estudo dos judeus de Trás-os-Montes, no século XVI: a 1ª geração de cristãos novos”, in *Revista Cultura História e Filosofia*, Centro de História da Cultura, UNL,

Bandarra dedicava as suas *Trovas* a D. João III, conforme declarou aos Inquisidores. Nelas estava bem presente o cunho milenarista com a crítica à Igreja e aos costumes dissolutos da sociedade, as referências várias às dez tribos perdidas de Israel, ao AntiCristo associado à tribo de Dan, à profecia de Daniel, ao rei “encoberto”, ao imperador vencedor dos Turcos, à excelência de Portugal e do seu rei, o qual “*Os outros Reis mui contentes*” são “*De o verem Imperador*” e à universalidade do cristianismo:

“*Todos terã um amor,
Gentios como pagãos,
Os Judeos serão Christãos,
Sem jamais haver error.
Servirão um so Senhor
Jesu Christo, que nomeio,
Todos crerão, que ja veio
O Ungido Salvador*”.⁹⁹

O cerco a Malta pelos Turcos, em 1564, iria fazer reviver a ideia da cruzada religiosa. Os Espanhóis tornar-se-iam os heróis desta gesta, em que os Turcos foram expulsos de Malta em 1565 e em 1571 derrotados em Lepanto. Os anti-heróis, mais que os Turcos, seriam os renegados cristãos que pululavam no norte de África e junto do Turco. Bénassar escrevia o seguinte em obra recente: “*Constat déconcertant si l’on songe que l’aventure collective des “renégats” a concerné presque tous les peuples européens et qu’elle a forgé des destins d’exception* » e Vieira não se esqueceria de mencionar, anos mais tarde, numa das suas cartas o boato que corria de que

1985, vol. IV; *Idem*, “Características do messianismo judaico em Portugal”, in *Estudos Orientais II – O legado cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, FCSH-UNL, 1991, pp. 245-266. Sobre as ideias milenaristas que correm na época de Lutero, Vd. Norman Cohn, *Na senda do milénio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, ed. Presença, 1980 (1ª ed. 1957), pp. 207-229.

⁹⁹ Vd. Elias Lipiner, *Gonçalo Eanes Bandarra e os Cristãos-Novos*, Trancoso, 1996 (contém as *Trovas* do Bandarra e o seu processo no Inquisição); Maria José Ferro Tavares, *Características do messianismo judaico em Portugal*, pp. 248-266; J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Clássica Editora, Lisboa, 1947; J. Van den Basselaar, *O Sebastianismo – História sumária*, Biblioteca Breve, ICALP, 1987.

o rei de Argel era português¹⁰⁰. Eles eram os *elches* que se iam apresentar aos Inquisidores e obter a absolvição da sua culpa.

Mas na história portuguesa, enquanto a Espanha se tornava vitoriosa na luta contra o Islão no Mediterrâneo Ocidental, Portugal encetava um combate que terminaria numa derrota e na perda da independência nacional perante o reino vizinho. Em Alcácer Quibir morreu um rei *desejado* pelos Portugueses e nasceu o mito do *encoberto*. O primeiro morreu lutando contra os infiéis muçulmanos, desiderato último de uma educação e de um sentir colectivo que faria Camões, entre muitos outros, cantá-lo como *novo temor da maura lança*¹⁰¹; o segundo sairia vitorioso nessa luta e conduziria Portugal a reino cabeça da monarquia universal, cuja sede era Jerusalém.

A subjugação a Espanha faria exaltar o milagre de Ourique, no seu duplo significado: a independência nacional face ao reino vizinho e a vitória sobre o mouro¹⁰². A parenética seiscentista retomá-lo-ia nos dois sentidos, embora aqui apenas nos interesse a luta contra o Turco, que tomará cambiantes milenaristas em alguns pregadores como Vieira ou o italiano António Ardizzone Spínola. Este no seu sermão “Saudades da Índia” exaltava o medo que os Portugueses produziam nos Turcos e nos gentios por essas paragens do Oriente.¹⁰³ Noutro Sermão, referindo-se ao milagre de Ourique e à missão de Portugal, afirmava: “*Mas quando entre os Christãos escolheo a Nação Portuguesa, como mais favorecida, & amada, lhe não quiz dar nome de povo, mas de Imperio, para sogeitar muitos povos, render*

¹⁰⁰ Batolomé Bennassar e Lucile Bennassar, *Les Chrétiens d'Allah. L'Histoire extraordinaire des renégarts. XVe-XVIIe siècles*, eds. Perrin, 2001; António Vieira, *Cartas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1971, vol. II, p. 20.

¹⁰¹ Vd. Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Porto, 1904; Queirós Veloso, *D. Sebastião*; F. Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, eds. Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, nº 28. Não nos esqueçamos que as profecias inseridas no *Livro maravilhoso*, editado em França em 1565, falava da derrota total do Islão para 1580 (Vd. Roger Prévost, *Nostradamus, le mythe et la réalité. Un historien au temps des astrologues*, eds. Robert Laffont, Paris, 1999, p. 235.

¹⁰² Vd. sobre este assunto: Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, INIC, 1987; João Francisco Marques, *A parenética portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, INIC, Porto, 1989, vol. II, pp. 109-145.

¹⁰³ Sermão, transcrito por Nunziatella Alessandrini, mestranda do Mestrado de Estudos Portugueses Interdisciplinares, 2001.

¹⁰⁴ Cit. por João Marques, ob. cit., vol. II, p. 168.

muitos Reys, conquistar muitos Reynos, senhorear muitos mares, & por meio da prègação Evangelica dilatar a Fè Catholica nas mais vastas provincias, & terras dos Mouros, & Gentios (...)"¹⁰⁴.

Outros poderiam ser citados, mas apenas me vou deter em António Vieira pela riqueza da sua informação. A longa guerra da Restauração contra a Espanha fazia-o lamentar o sangue derramado que melhor fora empregue no combate "*contra os inimigos da fé*"¹⁰⁵, em carta dirigida a D. Rodrigo de Meneses e datada de 1664. De facto, o avanço dos Turcos no ano anterior conquistara cidades do Império, cercara Praga e cortava o socorro a Viena. Mas o Turco não representava apenas o inimigo da cristandade, presente nos preparativos de guerra que se adivinhavam quer em Constantinopla quer em Cândia. Ele apresentava-se, para Vieira, como o flagelo da cristandade e o prenúncio dos últimos tempos pelo que escrevia de Roma àquele fidalgo "*Sempre me animei muito com os oráculos, que têm prometido a vitória do Turco às armas de Portugal, debaixo do governo do Sr. Marquês de Marialva, cuja fama é tão grande por todo o mundo de Levante, que ela só leva consigo a metade da vitória.*

As esperanças, que não quero chamar profecias, se vão dispendo por seus passos contados. Estamos no fatal ano de setenta, e o Turco fica fazendo em Constantinopla e Cândia os maiores aparatos de guerra, que nunca jamais se viram; e como estes são pela maior parte marítimos, ainda que Alemanha e Hungria eram as que mais se temiam, já se entende que dará o raio em Itália..."¹⁰⁶.

Por isso, em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, ao mesmo tempo que dava informações sobre os preparativos e o ataque que se esperava para Março, insinuava a conquista de Jerusalém pelo marquês de Marialva. Noutra repetia os boatos que circulavam em Roma, sobre os objectivos da armada e do exército turco: a Polónia, a Hungria, a Croácia, Malta ou Sicília. Ao mesmo tempo censurava a atitude de um príncipe polaco que prestara vassalidade ao sultão da Turquia¹⁰⁷. Em Maio, na missiva a

¹⁰⁴ Cit. por João Marques, ob. cit., vol. II, p. 168.

¹⁰⁵ António Vieira, *Cartas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1971, vol. II, p. 94.

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp. 21, 288-289, 298-299.

¹⁰⁷ *Ibidem*, pp. 310, 319, 323.

D. Rodrigo de Meneses deixava transparecer o medo que se vivia em Roma, ao escrever “*Desta banda não há novidade mais que andar o mar Adriático infestado de galés do Turco, cujos intentos se não descobrem e se temem sejam maiores*”¹⁰⁸.

É uma Europa tensa que as cartas de Vieira deixam transparecer: amedrontada com o Turco, em guerra interna entre a Polónia e os Tártaros, entre a Hungria e o Império, entre a França, encabeçada pelo “Rei Cristianíssimo”, contra os Países Baixos, a Alemanha ou a Inglaterra. Uma Europa, onde a Leste, começava a emergir o poder da Rússia, acompanhado da restauração da Igreja ortodoxa de que Moscovo se declarava herdeira da Igreja de Constantinopla/Bizâncio e guia espiritual da cristandade ortodoxa.

Conclusão

Medo suposto e medo vivido/sentido fizeram nascer mitos e estereótipos sobre os vários *Outros*, fossem eles os Judeus, os Muçulmanos ou os Turcos, ou as religiões cristãs ortodoxa e reformadas. Mas ao medo de uma Europa mediterrânica e oriental que se sente sufocar perante o avanço do Islão, graças aos exércitos turcos, constituídos por cristãos renegados, contrapunha-se uma Europa atlântica em expansão para novos mundos e que tomava consciência de um cosmos global, universal onde os *Outros* gentios eram omnipresentes.

Nesta dialéctica renasceram as leituras apocalípticas de Joaquim de Fiora a Sta. Hildegarde ou Sta. Brígida a beato Amadeu, Bandarra ou Nostradamus. Angústias escatológicas que identificavam cada acontecimento social ou humano ou cada sucesso cosmogónico como um prenúncio dos últimos tempos ou como a eterna esperança de um mundo melhor e mais justo em que o Bem sairia sempre vencedor do Mal. Ao mesmo tempo, nasceram também outros Messias para os Judeus, como Sabatai Tzevi, e a frustração do seu regresso a Jerusalém, encabeçados pelo rei-messias. O regresso a *Eretz Israel*, a Terra Prometida, permanecia na memória histórica deste povo assim como na sua crença apocalíptica da vinda próxima do seu rei-Messias.

Como recentemente escreveu Eugen Weber, “*L’apocalypse a longtemps livré la clé de l’histoire humaine. Quand bien même elle n’offrirait plus aujourd’hui qu’une glose d’esprits simples sur l’histoire, elle mérite qu’on l’étudie sérieusement*»¹⁰⁹. Ou como diria Wagner, a propósito da sua obra “O crepúsculo dos Deuses”, “*Tudo o que a humanidade fez, ordenou e estabeleceu, concebeu-o apenas no receio do seu fim*”¹¹⁰.

¹¹⁰ Cit. in *Ibidem*, p. 25.

¹¹⁰ Eugen Weber, *Apocalypses et milénarismes*, Fayard, Paris, 1999 (1.º ed. Harvard University Press 1999), p. 12.